

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ

RAFAEL JULIÃO EVANGELISTA

**ENTRE ESCRAVOS E FORROS: A CONDIÇÃO LIMÍTROFE DOS
LIBERTOS CONDICIONALMENTE E A JUSTIÇA PARANAENSE NO
FINAL DO SÉCULO XIX (1875-1888)**

CURITIBA

2013

RAFAEL JULIÃO EVANGELISTA

**ENTRE ESCRAVOS E FORROS: A CONDIÇÃO LIMÍTROFE DOS
LIBERTOS CONDICIONALMENTE E A JUSTIÇA PARANAENSE NO
FINAL DO SÉCULO XIX (1875-1888)**

**Monografia de Conclusão de Curso
apresentada no curso de graduação
de Direito, como requisito parcial à
obtenção do grau de Bacharel em
Direito, Setor de Ciências Jurídicas
da Universidade Federal do
Paraná.**

**Orientador: Profº Dr. Luís
Fernando Lopes Pereira**

**Coorientadora: Profª Dra. Joseli
Maria Nunes Mendonça**

CURITIBA

2013

TERMO DE APROVAÇÃO

RAFAEL JULIÃO EVANGELISTA

ENTRE ESCRAVOS E FORROS: A CONDIÇÃO LIMÍTROFE DOS LIBERTOS CONDICIONALMENTE E A JUSTIÇA PARANAENSE NO FINAL DO SÉCULO XIX (1875-1888)

Monografia aprovada como requisito parcial para a obtenção do grau de Bacharel em Direito, do Curso de Direito, da Faculdade de Direito, Setor de Ciências Jurídicas da Universidade Federal do Paraná, pela seguinte banca examinadora:

Orientador: Prof. Dr. Luís Fernando Lopes Pereira
Universidade Federal do Paraná – UFPR

Coorientadora: Prof. Dra. Joseli Maria Nunes Mendonça
Universidade Federal do Paraná – UFPR

Prof. Dr. Ricardo Marcelo Fonseca
Universidade Federal do Paraná – UFPR

Prof. Dr. André Peixoto de Souza
Universidade Federal do Paraná – UFPR

Curitiba, 06 de dezembro de 2013.

AGRADECIMENTOS

A muitos devo agradecimentos pela concretização deste trabalho. Certamente, sem o auxílio, o incentivo e o carinho a mim conferido por diversas pessoas durante todo o processo de elaboração desta monografia, a empreitada não seria possível. Agradeço:

À minha família – meu pai Robson, minha mãe Dalcéia e minha irmã e melhor amiga Patrícia – pela compreensão e amor que sempre tiveram por mim; cada um de vocês representa uma parte gigantesca de quem eu sou hoje. À minha noiva e, principalmente, companheira, Maria Lígia, que tanto me incentivou e também me disciplinou durante todo esse processo. Seu amor e dedicação me foram muito preciosos, especialmente neste difícil ano. Ao “vô Julião”, que além do nome, me presenteia constantemente com sua sabedoria e seu amor, e à “vó Terezinha” pelo imenso carinho e amor incondicional que sente por todos à sua volta.

À professora Joseli Mendonça, minha coorientadora, pelas sugestões sempre pertinentes, pela compreensão nos momentos de ausência no Arquivo Público e pelo fato de ter me conferido a preciosa oportunidade de participar do projeto de extensão através do qual conheci pessoas incríveis e entrei em contato com as fontes que utilizei para a realização deste trabalho e que definiram e definirão minha trajetória acadêmica daqui para frente. Ao meu orientador, professor Luis Fernando Lopes Pereira, pela orientação precisa e competente que me prestou.

Às colegas do projeto de extensão realizado junto ao Arquivo Público, pois aproveitei um pouco do trabalho de leitura e descrição das fontes feita por cada uma delas: Andressa Lopes, Ruanita Silva, Juliane Bernardes, Milena Gimenez e principalmente Larissa Urquiza, esta com quem criei um vínculo de amizade insuperável. Quero lembrar à Larissa que nossas pesquisas caminham lado a lado e que sempre estarei disposto a prestar o meu auxílio.

Aos amigos e amigas “quintanistas” que passaram pelo mesmo drama e venceram esta etapa, especialmente: Marcela Requião, minha sempre parceira de trabalhos acadêmicos, a quem agradeço principalmente pelo companheirismo, pelas sugestões e pelas conversas a respeito dos nossos trabalhos; e Rodolfo Spack, pela partilha sempre bem humorada do desespero por causa do prazo final que se aproximava sem que o aumento do número de páginas das nossas monografias o acompanhasse em sua progressão.

Aos companheiros e companheiras do Coletivo Maio, que me acolheram de braços abertos e me ensinaram a enxergar que nem tudo é bonito e funciona bem, dentro ou fora da Universidade. Mas também, que há muita beleza nas coisas mais singelas.

E, finalmente, aos amigos da “Turma do Centenário”, formados no ano de 2012, com os quais iniciei a trajetória dentro da Universidade. Dentre eles, merece destaque especial Vanessa Massuchetto, que tanto me auxiliou e incentivou em diversos desafios neste ano de 2013.

RESUMO

Forma bastante comum de concessão de alforria a escravos, a liberdade condicional submetia o sujeito por ela alcançado, personagem central deste estudo, a uma situação limítrofe bastante inexata entre escravidão e liberdade. Os efeitos jurídicos emanados da classificação de um indivíduo como escravo ou livre eram inúmeros e opunham interesses diametralmente opostos. O referido fato suscitou inúmeros debates e conflitos desde a segunda metade do século XIX entre os renomados juristas do Instituto dos Advogados Brasileiros – representantes da alta cultura jurídica –, bem como entre advogados e rúbulas – que representavam a baixa cultura jurídica – através das ações judiciais, notadamente inventários e ações de liberdade, que ensejavam a atuação desses profissionais na defesa dos interesses de seus clientes. Notamos nos inventários uma tendência no sentido de considerar o liberto condicional juridicamente livre, enquanto que com relação às ações de liberdade, o resultado era sempre incerto, embora o desfecho destas ações analisadas neste trabalho tenha sido, nos dois casos, favorável aos libertandos. Os elementos de circularidade entre baixa e alta cultura jurídica ficam evidentes quando analisados os diferentes campos de embate na tratativa da questão da liberdade condicional e o contexto social da época nos permite atestar que, de fato, o liberto condicional se encontrava em uma situação verdadeiramente fronteiriça.

Palavras-chave: Liberdade Condicional. Escravidão. Cultura Jurídica. Circularidade. Inventários. Ações de Liberdade.

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	7
2 A LIBERDADE CONDICIONAL E OS DEBATES DO IAB	16
3 OS INVENTÁRIOS E A LIBERDADE CONDICIONAL	29
3.1 OS “ESCRAVOS LIVRES” DE MARIA CAROLINA	31
3.2 UMA FILANTROPIA INTERESSADA.....	33
3.3 IGÍDIO E O COMPROMISSO DE RESPEITAR SUA SENHORA	35
3.4 BENTO, LIBERTO CONDICIONAL E HERDEIRO DE TERRAS	37
3.5 IGNACIO, BEBIANO E O CONFLITO ENTRE SEUS SENHORES	38
3.6 O QUE NOS DIZEM AS FONTES	41
4 AÇÕES DE LIBERDADE.....	44
4.1 JOÃO E BENEDICTO E AS FICÇÕES DO DIREITO ROMANO	47
4.2 ANGELINO E SUA PROMESSA DE LIBERDADE	59
5 CONCLUSÃO.....	65
6 REFERÊNCIAS.....	67

1 INTRODUÇÃO

Considera-se, em geral, nos estudos clássicos a respeito da escravidão nutridos pelo apego a conceitos rígidos e bem definidos, que escravidão e liberdade sempre se apresentaram como condições jurídicas opostas, cujos limites estariam bem delimitados, sendo a classificação através do binômio livre/escravo absoluta. “Afinal, ou se era escravo ou não”, diriam os autores adeptos da referida conceituação. Por muito tempo se acreditou que anteriormente à lei de 1888, que pôs termo à escravidão, qualquer indivíduo nascido no século XIX poderia ser enquadrado juridicamente em alguma das duas condições jurídicas opostas citadas.

Entretanto, a partir do momento que se passou a investigar as fontes coetâneas com o rigor crítico que elas exigiam, o cenário que se revelou foi outro: a escravidão no Brasil se mostrou um instituto de grande complexidade, repleto de contradições e juridicamente bastante impreciso. E nesse sentido, os estudos encampados por professores e pesquisadores como Sidney Chalhoub, Eduardo Spiller Pena, Joseli Maria Nunes Mendonça e Keila Grinberg foram decisivos para a mudança paradigmática necessária nos estudos a respeito da escravidão no Brasil.

O pesquisador, guiado pelos mesmos princípios que embasaram as pesquisas dos referidos autores foi à busca de tentar compreender a escravidão africana no Brasil ao final do século XIX através da análise da documentação legada a nós através do tempo. Tal empreitada foi viabilizada através da participação, como bolsista, em um projeto de extensão denominado “Escravidão e formação do Estado brasileiro nas fontes judiciais do Paraná (1822-1888): descrição e ampliação de instrumentos de pesquisa”; desenvolvido pelo departamento de História da Universidade Federal do Paraná, sob coordenação da professora Joseli Maria Nunes Mendonça, coorientadora deste trabalho.

Importa destacar que como bem afirma Pietro Costa, não há como se obter um conhecimento imediato do passado, pois este já se foi e, portanto, cabe ao historiador – aquele que busca compreender o passado – uma tarefa de difícil

execução: a de colocar o objeto de seu estudo em um tempo diferente do seu. Para tanto, o historiador conta com indícios, mensagens e fragmentos do passado que devem ser por ele interpretados. Porém, o próprio intérprete não é um sujeito genérico e neutro, mas sim um ser real com inúmeros determinantes sociais, políticos e psicológicos; e este mesmo indivíduo, formado por suas próprias particularidades e sujeito do seu próprio tempo será o responsável por formular as perguntas e, ao mesmo tempo, encontrar as respostas relativas ao período que se propõe a estudar. Para que estas respostas não sejam apenas frutos de especulações ou devaneios individuais, deve o historiador buscar nos documentos que interpretar as provas e indícios que tornarão o próprio passado apto a responder as formulações propostas¹. Portanto, o historiador deverá se apoiar no método indiciário de Ginzburg² – por meio do qual se deve buscar provas, indícios e pistas, com o objetivo de constituir um passado “provável”, baseado na experiência – de modo a buscar a interpretação das fontes da maneira mais plausível possível.

Foi justamente através do estudo das fontes em relação direta ao contexto social e jurídico que se impunha à época, e por meio da busca de indícios e provas que esta própria articulação passou a nos fornecer, que se concluiu que os limites entre a escravidão e a liberdade não eram tão claros como antes aventado, ao passo que as dúvidas que dali surgiam geravam, inclusive, inúmeras disputas na justiça e entre os mais aclamados juristas do século XIX. Neste trabalho, procuraremos tratar das características desses limites, identificando os seus principais elementos formadores e demonstrando sua fragilidade e pouca nitidez através da experiência judiciária e dos debates jurídicos à época levantados a partir de uma perspectiva da micro-história.

Com relação ao exposto, cumpre-nos exemplificar uma condição – a qual será tema central deste trabalho – na qual os escravos, quando nela estavam inseridos, suscitava muitas dúvidas e gerava muitos questionamentos com

¹ COSTA, Pietro. **O conhecimento do passado: dilemas e instrumentos da historiografia**. Palestra proferida no dia 17/09/2007, texto traduzido por Ricardo Marcelo Fonseca, Juruá, 2007.

² GINZBURG, Carlo. **A micro-história; e outros ensaios**. Lisboa: Difel, 1989.

relação aos efeitos práticos e jurídicos que dali emanavam. A zona cinzenta que muitas vezes separava a condição de escravo da de forro pode ser demonstrada através da análise e interpretação do instituto da liberdade condicional. Tratar-se-á aqui, portanto, da escravidão e da liberdade no final do século XIX a partir da análise da situação dos libertos sob condição.

A escolha deste personagem limítrofe se sustenta na medida em que, de acordo com Luís Fernando Lopes Pereira, “os personagens fronteiriços seriam aqueles mais reveladores posto encontrarem-se em uma posição pela qual circulam em maior quantidade elementos da alta e da baixa culturas”³. É justamente na fronteira que podemos vislumbrar, dentro de um sistema, uma unidade, posto que é, segundo o mesmo autor, “nas fronteiras que vemos a unidade, pois as coisas se definem na relação, no dialogismo, no diálogo”⁴. Desta forma, através do estudo da condição destes personagens será possível observar de forma evidente como se dava a circularidade entre a alta e a baixa cultura jurídica que se constituía em torno deles. A respeito da cultura jurídica e de sua circularidade, aliás, cabe destacar passagem de Ricardo Marcelo Fonseca:

Trata-se, em primeiro lugar, de verificar o saber do direito a partir do modo como ele historicamente circula, considerando sua dinâmica interna e respeitada a sua espessura, e tomando-se sua densidade e seu papel (que não é meramente técnico, instrumental ou ideológico), para, a partir daí, verificar como ele cumpre uma função efetiva e opera efeitos concretos no âmbito cultural. Em segundo lugar, trata-se de verificar o modo como o saber jurídico dialoga com os diversos componentes culturais, verificando nas suas transformações internas o modo como ele elabora e reelabora tais componentes. Por fim – e de um modo não mecânico ou esquemático – verificar como este saber do direito – tomado a partir desta complexidade e sem reduções – estabelece sua relação com as estruturas sociais, econômicas e políticas do período histórico estudado.⁵

³ PEREIRA, Luís Fernando Lopes. **A circularidade da cultura jurídica: notas sobre o conceito e sobre o método**. In: FONSECA, Ricardo Marcelo (org.). Nova história brasileira do direito: ferramentas e artesanias. Curitiba: Juruá, 2012, p. 38.

⁴ PEREIRA, Luís Fernando Lopes, loc. cit.

⁵ FONSECA, R. M. **Os juristas e a cultura jurídica brasileira na segunda metade do século XIX**. In: Quaderni Fiorentini per la storia del pensiero giuridico moderno, v. 35. Milano: Dott. A. Giuffrè Editore, 2006, p. 371.

Luís Fernando Lopes Pereira, por sua vez, destaca a necessidade de investigação do “contexto que permitiu a formação (relacional) da cultura jurídica, seja ele social, político, religioso etc.”⁶ Prossegue o autor:

[...] a cultura jurídica trataria do conjunto de práticas, saberes, ritos, crenças, imaginários e técnicas da configuração jurídica, formada não apenas pelos especialistas que compõem o corpo técnico vinculado a essa configuração social, mas por outros que os cercam e mesmo por estranhos de outras configurações. Assim, a cultura jurídica se formaria [...] a partir de uma interação com a sociedade e com as demais configurações sociais que se aproximam ou se distanciam do jurídico, conforme o contexto. A contribuição do historiador do direito está exatamente na análise dessa cultura jurídica e de como a mesma interage com a sociedade.⁷

Destaca-se, ademais, que a ocorrência de situações limítrofes ao longo da história não está adstrita somente ao período da escravidão africana, mas também pode ser observada, por exemplo, com relação aos indígenas, após o período pelo qual foram também escravizados, quando estes passaram a ser juridicamente tratados como “administrados”, sendo que, no entanto, também não se tinha uma definição exata a respeito de quais as consequências práticas que a nova configuração jurídica de seu status os traria, tema abordado de forma magistral por Liliam Brighente⁸. Nosso enfoque, entretanto, se voltará ao estudo da condição limítrofe que colocava um escravo na situação de um liberto condicional.

A liberdade condicional a que se refere esse trabalho⁹ era resultante da alforria concedida pelo senhor a seu escravo na qual aquele impunha algum tipo de condição a ser cumprida por este; uma vez suprida a condição, o cativo

⁶ PEREIRA, Luís Fernando Lopes. **A circularidade da cultura jurídica: notas sobre o conceito e sobre o método**. In: FONSECA, Ricardo Marcelo (org.). *Nova história brasileira do direito: ferramentas e artesanias*. Curitiba: Juruá, 2012, p. 48.

⁷ Ibid, p. 48 e 49.

⁸ Sobre o tema, consultar: BRIGHENTE, Liliam. **Entre a liberdade e a administração particular: a condição jurídica do indígena na Vila de Curitiba (1700-1750)**. 2010. Dissertação (Mestrado em Programa de Pós-graduação em Direito) - Universidade Federal do Paraná, Orientador: Luís Fernando Lopes Pereira.

⁹ Não se deve confundir o conceito de liberdade condicional aqui analisado com a liberdade condicional do Direito Penal contemporâneo, que corresponde ao livramento do réu condenado ao cárcere por tempo igual ou superior a 2 (dois) anos, sob determinadas condições, elencadas no o artigo 83 do Código Penal.

obtinha sua alforria plena. A partir do ano de 1871, em virtude da Lei do Ventre-Livre, as alforrias em geral – e também as condicionais – não eram passíveis de revogação pelo senhor, tampouco por decisão judicial arbitrária e, portanto, constituía uma espécie de direito adquirido do escravo. Espécie comum de concessão de liberdade a escravos durante todo o século XIX – de acordo com pesquisa realizada por Adriano Bernardo Moraes Lima em documentação originária do Primeiro Tabelionato de Notas de Curitiba, durante o período de 1790 a 1825, foi a espécie de concessão de liberdade mais comum (84 em um universo de 222)¹⁰ – foi, a partir de conclusão da análise da documentação levantada para a feitura deste estudo, o meio de libertação de 18 escravos no período de 1875 a 1888.

Dentre as condições impostas para fruição da liberdade destacam-se, provisoriamente, duas, que aparecem com maior frequência: a serventia até a morte do concedente ou de herdeiro deste; e a serventia por tempo determinado em documento – que podia ser público ou particular, judicial ou extrajudicial – de concessão de alforria.

A partir desses dados, questionamentos desde os mais simples – como, por exemplo, se um escravo liberto condicionalmente por seu senhor poderia prestar serviços a outra pessoa, sem prévia autorização daquele – até outros, mais complexos – se um sujeito ao qual foi garantida liberdade condicional deveria ser considerado um escravo com sua alforria determinada a termo ou um forro com a obrigação de prestar serviços por tempo ou condição determinada – geravam reflexos para além da relação entre os dois indivíduos centrais da relação (senhor e escravo), repercutindo no campo do direito e das relações sociais. Aliás, autores como Sidney Chalhoub¹¹ e Eduardo Spiller Pena¹² já abordaram de forma inicial o tema, destacando que a liberdade sob condição se

¹⁰ LIMA, Adriano Bernardo Moraes. **Trajetórias de Crioulos: Um estudo das relações comunitárias de escravos e forros no Termo da Vila de Curitiba (c. 1760 - c. 1830)**. Dissertação de Mestrado. Curitiba: Universidade Federal do Paraná, Departamento de História, 2001, p. 98-100.

¹¹ CHALHOUB, Sidney. **Visões da Liberdade: uma história das últimas décadas da escravidão na Corte**. São Paulo: Companhia das Letras, 2011.

¹² PENA, Eduardo Spiller. **Pajens da Casa Imperial: juriconsultos, escravidão e a Lei de 1871**. Campinas. Editora da Unicamp, 2001.

apresenta como uma situação bastante complexa e enigmática, dividindo a opinião de juristas e historiadores desde os tempos em que vigorava o referido instituto, como se verá mais precisamente nos capítulos 1 e 3 deste trabalho.

Portanto, como destacado, muitas das dúvidas surgidas a partir dos questionamentos acima propostos geravam manifestações marcantes no campo do Direito, mais precisamente, no seio das demandas judiciais que envolviam ou não litígios entre senhores e escravos, e que eram constantemente levadas ao crivo do Poder Judiciário durante todo o período de vigência da escravidão. Diversos são os estudos que comprovam que a Justiça, representada aqui neste estudo, notadamente, pelo processo judicial, se tornou sim um lugar frequentemente visitado por escravos e senhores especialmente ao final do século XIX – aqueles, visando obter sua liberdade através de declaração de um juiz e estes, com o objetivo de garantir o direito de propriedade com relação a seus cativos – e um meio efetivo de busca de direitos e garantias por ambas as partes. É nesse sentido que Elciene Azevedo, em sua obra “O Direito dos Escravos” afirma:

[...] Na fase “legalista” os cativos estariam excluídos da ação abolicionista, já que incapazes de uma atuação na arena judicial. Liderados por Antonio Bento, num segundo momento, participaram mais ativamente das lutas em prol da liberdade. Alguns estudos, no entanto, têm apontado o quanto as lutas jurídicas pela liberdade contaram com a participação direta dos escravos. Sidney Chalhoub¹³, por exemplo, mostrou como o volume de ações de liberdade iniciadas ao longo da década de 1860 pelos escravos da Corte e os debates jurídicos que elas provocaram estiveram diretamente relacionados a aspectos importantes do texto final da lei de 28 de setembro de 1871.¹⁴

¹³ Alciene Azevedo faz aqui referência à obra de Sidney Chalhoub, “Visões da liberdade”.

¹⁴ AZEVEDO, Alciene. **O direito dos escravos: lutas jurídicas e abolicionismo na província de São Paulo**. Campinas. Editora da Unicamp, 2010, p. 29.

Além do estudo de Azevedo, outros tantos se dedicaram a tratar do acesso dos escravos na Justiça, demandando alforria ou buscando resolver conflitos que não puderam ser equacionados nas relações privadas entre senhores e escravos. Entre outros: MENDONÇA, Joseli. **Entre a mão e os anéis. A lei dos sexagenários e os caminhos da abolição no Brasil**. Campinas, Ed. da Unicamp, 1999 e **Cenas da abolição: escravos e senhores no parlamento e na justiça**. Ed. Fundação Perseu Abramo, 2001; GRINBERG, Keila. **O Fiador dos Brasileiros: Cidadania, Escravidão e Direito Civil no tempo de Antônio Pereira Rebouças**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002; e LARA, Silvia Hunold. **Fragmentos**

Evidentemente, não se pode ignorar o fato de que o Poder Judiciário, como braço representativo do poder estatal que é, nem sempre colaborou para o avanço das conquistas sociais dos oprimidos e para a modificação do *status quo*, não podendo de forma alguma ser considerado como um órgão revolucionário ou destacadamente progressista. As conquistas judiciais em favor dos cativos, libertos condicionais ou de qualquer outro sujeito pertencente às classes oprimidas sempre foram fruto de sua própria luta enquanto classe e os avanços obtidos passam necessariamente por vitórias nos campos de embate teóricos do direito que passaram, muitas vezes, a guiar as posições dos advogados e rúbulas em sua atuação profissional. Constata-se, portanto, que a provocação partia sempre de baixo para cima, de modo que a análise das fontes que traduzem a linguagem oficial – como os processos judiciais – devem ser sempre interpretadas levando em consideração a existência de inúmeros fluxos de circularidade entre os diferentes níveis de cultura jurídica que faziam gerar as tensões sociais que se manifestavam no campo do direito.

Nesse sentido, inúmeros são os estudos que demonstram que diferentemente do que muitas vezes nos coloca a historiografia linear clássica e na contramão do que determinava, em termos gerais, a legislação da época, os escravos eram muito mais do que meras propriedades – objetos inanimados não dotados de vontade própria e conformados com a situação na qual eram inseridos. Neste sentido, Sidney Chalhoub é, novamente, preciso ao buscar desconstituir a ideia de escravo-objeto – herança de um Direito Romano que já não mais traduzia a realidade posta no século XIX – e, ainda sim, defendida por sujeitos como Saint-Hilaire e, de certa forma, corroborado por Fernando Henrique Cardoso ao estabelecer que “a violência da escravidão não transformava os negros em seres ‘incapazes de ação autonômica’, nem em passivos receptores de valores senhoriais”¹⁵. A respeito disso, discorreremos com mais minúcia no terceiro capítulo do presente texto.

setecentistas: escravidão, cultura e poder na América Portuguesa. São Paulo: Companhia das Letras. 2007.

¹⁵ CHALHOUB, Sidney. **Visões da Liberdade: uma história das últimas décadas da escravidão na Corte.** São Paulo: Companhia das Letras, 2011, p. 49.

O presente estudo, então, buscará compreender o instituto da liberdade condicional e demonstrar como ele é citado, interpretado e aplicado nas relações processuais que tramitaram junto ao Juízo Municipal de Curitiba entre os anos de 1875 e 1888.

Para tanto, conheceremos as histórias de Bebiano, José, Antonio, Luiz, Francisco, Antonia, Laurinda, Adriana, Simão, Ignêz, Joaquina, Pedro, João, Igídio, Bento, dos irmãos João e Benedicto e do preto Angelino. Estes são os personagens centrais - na realidade, fronteiriços – que apareceram em processos que abordavam a questão da liberdade condicional e inspiraram profundamente o pesquisador para a escolha do presente tema a partir do qual é produzido este estudo.

A totalidade da documentação pesquisada encontra-se preservada no Arquivo Público do Paraná e integra o Fundo do Poder Judiciário da referida instituição, que é composto por documentos oriundos da 10ª Vara Cível de Curitiba e formado, em sua totalidade, por 111,72 metros lineares de documentos acondicionados em 798 caixas arquivo. O presente estudo envolveu a leitura de 1090 processos judiciais que tramitaram na Justiça entre os anos 1875 e 1888, sendo que em 135 deles foram identificados escravos ou libertos. Todos os 135 processos foram identificados e descritos por estudantes da Universidade Federal do Paraná – que inclui também o presente pesquisador –, envolvidos no Projeto de Extensão já mencionado. Destes 135, sete continham experiências de liberdade condicional de escravos e foram utilizados como fontes para esta pesquisa.

Iniciaremos o trabalho analisando o instituto da liberdade condicional, buscando identificar se este era previsto legalmente e de que forma. No primeiro capítulo, ainda, destacaremos o caráter limítrofe da liberdade condicional, resgatando o debate jurídico acerca das leis referentes à escravidão, realizado pelos juristas da época, mais notadamente pelos membros do IAB (Instituto dos Advogados Brasileiros), que representavam a alta cultura jurídica da época, consolidada através da doutrina produzida por uma elite letrada.

Nos capítulos 2 e 3, demonstraremos de que forma os escravos se inseriam na relação processual – como objetos no processo, como ocorre nos inventários, ou como sujeitos postulantes de direitos. No Capítulo 2, faremos a análise dos inventários, visando compreender que tratamento jurídico era conferido aos libertos condicionalmente neste tipo de ação, para em seguida, no Capítulo 3, passarmos à análise das ações de liberdade, com o intuito de revelar as discussões e contradições jurídicas que surgiram com relação ao tema a partir destas demandas judiciais. Neste momento, o foco da análise será a baixa cultura jurídica do foro e dos praxistas. A divisão proposta tem o intuito de situar o leitor dentro do universo pesquisado, através da descrição e interpretação das fontes primárias, quais sejam, os processos judiciais, demonstrando em que situações reais se observava a ocorrência da liberdade condicional e como se dava a sua configuração e aplicação nos variados tipos de ação, a partir do método indiciário de Ginzburg.

2 A LIBERDADE CONDICIONAL E OS DEBATES DO IAB

Como já dito na Introdução deste trabalho, o instituto da liberdade condicional se refere àquela condição limítrofe que fazia surgir inúmeras dúvidas com relação às consequências jurídicas que dali emanavam. Eduardo Spiller Pena já afirmava, com relação à resposta da justiça, especificamente sobre a liberdade condicional que:

[...] a justiça imperial, em suas diferentes instâncias, mostrou-se sempre dúbia e indecisa ante a questão, não conseguindo firmar uma jurisprudência definitiva sobre ela. Mesmo o Supremo Tribunal de Justiça – última instância da burocracia jurídica do Império –, sendo acionado em diferentes momentos para se posicionar sobre o assunto, publicou arestos cujas soluções se opuseram frontalmente.¹⁶

Nesse mesmo sentido concluiu Sidney Chalhoub, que se referiu à condição jurídica do liberto condicional como uma charada quando analisou processos judiciais que envolviam esses sujeitos, dentre os quais se incluía um negro de nome Pompeu:

[...] não há resposta simples à nossa charada; ele [Perdigão Malheiro, jurista do século XIX] se esforçava, já na década de 1860, para que as decisões jurídicas reconhecessem a condição de livre tanto das escravas alforriadas condicionalmente quanto de seus filhos. O fato de Mary Karasch, analisando livros de notas referentes à Corte nas primeiras décadas do século XIX, ter encontrado cartas de alforria de filhos nascidos de escravas libertadas condicionalmente talvez indique que a mesma charada tenha recebido soluções diferentes ao longo do tempo. Apesar dos três processos cíveis comentados terem sido resolvidos sempre a favor da liberdade, o fato é que tais decisões resultaram de longas e renhidas batalhas judiciais; mais importante, o desfecho dessas batalhas era imprevisível para os próprios contendores. Os mais perspicazes, como Perdigão Malheiro ou o juiz municipal que proferiu a sentença a favor de Pompeu, sabiam que essas pequenas lutas jurídicas abordavam questões bem mais decisivas do que simples picuinhas entre herdeiros.¹⁷

¹⁶ PENA, Eduardo Spiller. **Pajens da Casa Imperial: jurisconsultos, escravidão e a Lei de 1871**. Campinas. Editora da Uncamp, 2001, p. 85.

¹⁷ CHALHOUB, Sidney. **Visões da Liberdade: uma história das últimas décadas da escravidão na Corte**. São Paulo: Companhia das Letras, 2011. p. 161,162.

Grande parte da controvérsia parece ter sido gerada a partir do fato de que não havia no Império uma lei específica que trouxesse todas as respostas perseguidas por juristas, senhores, escravos e libertos a respeito dos reais efeitos práticos e jurídicos que a liberdade condicional traria aos sujeitos por ela atingida. Por sua vez, a Lei do Ventre Livre, de 1871, ao invés de ajudar a esclarecer de vez a questão, na maioria das vezes tornava o assunto ainda mais dúbio, na medida em que silenciou a respeito do caso específico da condição dos libertos condicionais, abrindo um amplo espaço para juízos subjetivos em sua interpretação e debates de cunho moral, como será visto, novamente, quando passarmos a analisar as ações de liberdade no capítulo 3.

Em todo caso, o que se observa é que a maior parte das decisões a respeito das controvérsias surgidas a partir da liberdade condicional fundamentou-se em doutrina jurídica – destacadamente de Perdigão Malheiro e Teixeira de Freitas –, no direito costumeiro – ainda impregnado com conceitos e normas advindas do Direito Romano – ou em Avisos Ministeriais e jurisprudência, destacando que esta última não se consolidou fortemente em favor de nenhum posicionamento, como bem observaram Spiller Pena e Sidney Chalhoub nas passagens citadas anteriormente.

Será possível vislumbrarmos na prática como a questão se apresentava de maneira complexa aos tribunais quando analisarmos, no capítulo 3, os autos de ação de liberdade propostos por João e Benedicto, filhos de liberto condicional. Naquele momento, será possível termos a dimensão exata das longas e renhidas batalhas judiciais às quais fazia referência Chalhoub.

Cumpre, entretanto, destacar que ao final do século XIX a controvérsia a respeito da condição jurídica do liberto condicional não era nova, posto que o mesmo assunto já havia sido alvo de intenso debate em seguidas Conferências do Instituto dos Advogados Brasileiros no ano de 1857. Fato é que o assunto vinha sendo frequentemente levado ao crivo do Judiciário, sem que este tivesse sido capaz de dar uma resposta firme e exata para o caso – pois como já dito anteriormente, as decisões que versavam a respeito da condição jurídica da

liberta condicional e seus filhos e sobre a concessão ou não de liberdade a estes não se constituíam sob um entendimento uníssono sobre a questão.

Portanto, coube a Caetano Soares, jurisconsulto português radicado no Brasil, clérigo, e “mais ou menos abolicionista”¹⁸ a tarefa de introduzir o debate no seio da entidade. A omissão da lei com relação à questão e o desencontro jurisprudencial tornavam a questão perfeitamente debatível naquele Instituto formado pelos mais respeitados advogados e jurisconsultos, membros de uma elite letrada e representativa da alta cultura jurídica imperial. Caetano Soares levantou dois quesitos aos quais passou a responder segundo seu entendimento logo em seguida. Eis a questão:

Sendo muito usual entre nós deixar qualquer em seu solene testamento escravos forros com a obrigação de servirem a alguma pessoa, enquanto esta for viva, ou por certo prazo de tempo, e não menos frequente deixar os escravos para servirem temporariamente a alguém, e se lhes dar carta de liberdade, findo este prazo pergunta-se:

1. Na 1ª hipótese, se for escrava, e tiver filhos durante o tempo em que era obrigada a prestar serviços, os filhos serão livres, ou escravos? Se livres, serão também obrigados a prestar serviços? Se escravos, a quem pertencerão?
2. Na 2ª hipótese e verificadas as mesmas circunstâncias, terá lugar a mesma decisão ou diversa? [...]¹⁹

Com relação ao primeiro quesito, Caetano Soares respondeu dizendo que eram livres os filhos de liberta condicional. Para tanto, partiu de uma interpretação própria de uma cláusula relativa à escravidão do Digesto romano, que, em sua opinião, determinava que os filhos de escravos legados em usufruto não poderiam ser considerados como frutos e, portanto, seus serviços não seriam de domínio do usufrutuário, mas sim do proprietário. Prosseguindo em seu raciocínio, Caetano Soares argumentou que se o serviço da escrava havia sido doado por testamento, se extinguia a propriedade sobre esta com a morte do

¹⁸ De acordo com Spiller Pena, Caetano era a favor de uma transição gradual entre escravidão e mão de obra livre, sendo defensor de mudanças legais e sociais de caráter reformistas para aos poucos enfraquecer o instituto da escravidão.

¹⁹ Revista do Instituto da Ordem dos Advogados Brasileiros (RIOAB). Rio de Janeiro: Typographia de Quirino & Irmão, jan.-fev.-mar., 1862, 1 (1), PP. 27-8 In: PENA, Eduardo Spiller. Pajens da Casa Imperial: jurisconsultos, escravidão e a Lei de 1871. Campinas. Editora da Uncamp, 2001, p. 80.

antigo proprietário. Desta forma, portanto, seriam seus filhos livres desde o nascimento.

Spiller Pena diz que Caetano Soares afirmava que em casos de omissão seria possível recorrer às regras do direito romano, com a condição de que a escolha dos dispositivos fosse fundada na boa razão – assim como determinavam as ordenações portuguesas – e justificou o uso da referida cláusula do Digesto para o exercício da hermenêutica com base na falta de previsão na legislação pátria que bem dirimisse a questão.²⁰

A respeito da boa razão, o mesmo autor afirma que “para os juristas que elaboravam o discurso emancipacionista, o argumento da boa razão foi frequentemente veiculado como um preceito jurídico-moral a favor da liberdade”.²¹ Ainda segundo Spiller Pena, na concepção de Caetano Soares a genuína boa razão deveria sempre privilegiar a liberdade em detrimento da escravidão, ainda que tal exercício conduzisse o jurista a “raciocínios complexos e controvertidos de interpretação jurídica”. Aliás, Spiller Pena sugere que foi esta predisposição que levou Caetano Soares “a interpretar, de forma paradoxal, uma cláusula escravista do Digesto – que regulava a divisão do patrimônio em escravos entre proprietários e seus usufrutuários – como uma prova de lei a favor da liberdade”. E é justamente apoiado no caráter paradoxal da interpretação feita por Caetano Soares que posteriormente, naquela mesma Convenção, Augusto Teixeira de Freitas o questionaria – como veremos oportunamente.

Com mais um forte argumento, Caetano Soares defendeu a ideia de que o filho da escrava deveria seguir sempre a condição da mãe. Desta forma, tendo a mãe o direito de liberdade, o mesmo direito cabia ao filho nascido depois da sua concessão, ainda que condicional. Portanto, se verifica que Soares considerava que a liberta condicional já teria adquirido seu direito à liberdade, tendo apenas uma restrição temporária para o seu gozo, qual seja, a de prestar serviços por tempo determinado. Nesse sentido, leis e decisões posteriores contribuíram para a consolidação deste mesmo entendimento; por exemplo, na década de 1870 se

²⁰ PENA, Eduardo Spiller. **Pajens da Casa Imperial: jurisconsultos, escravidão e a Lei de 1871**. Campinas. Editora da Unicamp, 2001, p. 89.

²¹ PENA, loc. cit.

estabeleceu que um liberto condicional não poderia retornar à condição de escravo se não desse cumprimento à cláusula condicional a que estava sujeito, podendo seu senhor apenas exigir o cumprimento da mesma cláusula:

Alforria, com clausula de serviços durante certo tempo, não ficará annullada pela falta de implemento da clausula, mas o liberto será compellido a cumpril-a, por meio de trabalho, nos estabelecimentos públicos, ou por contractos de serviços a particulares, mediante intervenção do juiz de orphãos. Lei art. 4º, § 5º, Reg. nº 5135 art. 63 e 70 § 3º²²

Interessa, aliás, destacar que o próprio dispositivo legal citado se referia ao liberto condicional por meio do termo “liberto”, demonstrando, possivelmente, uma tendência legal à consolidação do entendimento mais favorável à liberdade, qual seja, de que o liberto condicional seria juridicamente forro, tendo como obrigação a prestação de serviços pelo tempo determinado no documento de concessão de liberdade condicional.

Retomando-se a discussão no IAB, após Caetano Soares exprimir sua opinião como jurisconsulto a respeito do tema, a questão foi aberta para discussão em plenário e o primeiro a se manifestar foi Salles Rosa. O referido jurista concordou parcialmente com o autor da indagação. Rosa se mostrou de acordo com a interpretação favorável à liberdade, porém fez uma ressalva: apesar de considerar livres os filhos da liberta condicional, a referida liberdade, para ele, não os dispensava do dever de prestarem serviços ao usufrutuário dos serviços de sua mãe pelo tempo que durasse a mesma obrigação por parte desta. Neste sentido, se utilizou da mesma argumentação que Caetano Soares, de que o filho deveria seguir a condição da mãe, para defender a ideia de que se à mãe cabia obrigação de prestar serviços, o mesmo dever cabia aos filhos aptos, durante este período. Portanto, partindo do mesmo fundamento, ambos os juristas chegaram a conclusões diferentes: para Soares os filhos de liberta condicional eram livres e não tinham obrigação alguma de prestar serviços, ao passo que para Rosa, apesar

²² In: MAFRA, Manoel da Silva. **Promptuário das leis de manumissão**. Índice alphabetico das disposições da lei nº 2040 de setembro de 1871. Regulamentos e Avisos do Ministério da Agricultura, Commercio e Obras Públicas. Jurisprudência do Conselho de Estado, dos Tribunais das Relações e Supremo Tribunal de Justiça. Rio de Janeiro, Typographia Nacional, 1877, p. 104.

de terem status legal de livres, os referidos filhos deveriam continuar prestando serviços enquanto durasse a condição da mãe.

A solução apresentada por Salles Gomes poderia ter liquidado de vez a discussão, uma vez que parecia, ilusoriamente, resolver a questão através de um pretenso equilíbrio, cedendo um tanto para cada lado da relação servil; privilegiando, por um lado, os filhos das libertas condicionalmente com a concessão de um status legal de liberdade e beneficiando, por outro, os senhores, que poderiam continuar explorando a mão de obra daqueles sujeitos como se seus escravos fossem. Nas palavras de Eduardo Spiller Pena:

Para a manutenção da ordem e tranquilidade numa sociedade escravista, a solução encontrada por Salles Rosa era juridicamente perfeita. Havia sido adotada, inclusive, em 1724, pelo *code noir* da Louisiana, no sul dos EUA, que no seu artigo 196 estipulava que os filhos dos escravos naquela situação eram livres, porém, sujeitos à mesma sorte de suas mães. Tendo como referência este exemplo legal, efetivado por um código conhecido dos juristas brasileiros atentos ao problema da escravidão, a discussão travada no IAB certamente encontraria seu termo, não fosse a intervenção de um jovem advogado presente à reunião.”²³

O jovem advogado ao qual fazia referência Spiller Pena e que interviria decisivamente no debate era Perdigão Malheiro. O jurista tomou a palavra e defendeu a liberdade dos filhos da liberta condicional. Liberdade esta que deveria ser irrestrita e de modo algum atrelada a qualquer obrigação de prestação de serviços por parte destes indivíduos. Para sustentar sua tese, Perdigão Malheiro se utilizou do mesmo dispositivo do Código da Louisiana citado por Salles Rosa, fazendo uma combinação deste com a cláusula romana citada por Caetano Soares, privilegiando uma interpretação de acordo com a boa razão e se opondo a Rosa, na medida em que defendia a liberdade irrestrita dos filhos da liberta condicionalmente. Declarou Perdigão Malheiro:

O orador não só considera livre esses filhos, como ainda entende, que eles não são obrigados a serviços. A condição de serviços é apenas imposta à mãe; é pessoal; é uma condição restritiva, que se não pode

²³ PENA, Eduardo Spiller. **Pajens da Casa Imperial: juristas, escravidão e a Lei de 1871**. Campinas. Editora da Unicamp, 2001, p. 92.

estender aos filhos: estes são livres completamente. E posto que o código moderno [da Luisiana] que acabo de citar estabeleça, que o usufrutuário possa exigir esses serviços, contudo não deve ser admitida semelhante restrição que certamente não se funda na boa razão, e deve ser repelida das disposições que constituem a nossa legislação subsidiária; - tanto mais que semelhante disposição repugna inteiramente à índole da nossa legislação em geral.²⁴

Nota-se, portanto, que assim como Caetano Soares, Perdigão Malheiro repudiava a simples aplicação do direito positivo puro e dos preceitos romanos clássicos, na medida em que se negava a conceber a aplicação das referidas regras sem antes realizar um juízo de adequação delas à realidade posta àquele contexto social específico em que vivia. A boa razão é novamente celebrada como o termômetro capaz de medir a adequação dos conceitos e regras do direito positivo à prática jurídica do dia a dia. É evidente, também, que para Perdigão Malheiro a interpretação segundo a boa razão para as questões relativas à liberdade condicional passava necessariamente por um privilégio a ser concedido ao princípio da liberdade. Nota-se que o jurisconsulto vislumbrava um cenário jurídico que tendia cada vez mais à liberdade com o passar dos anos e isto, para ele, parecia impossível de ser ignorado. Se até mesmo conclusões supraleais eram válidas com base na boa razão, a ela era concedida um lugar de destaque no momento do exercício exegetico. Novamente, nos socorremos a Spiller Pena, que a respeito da boa razão e das interpretações feitas por Perdigão Malheiro e Caetano Soares, diz:

Para ambos, qualquer limitação à liberdade ia contra o espírito, “moderno e civilizado”, do direito natural e das gentes que a favoreciam, mesmo que de forma genérica. Para estes juristas, responsáveis pelo “alvorecer” do movimento emancipacionista, na acepção idealizada por Joaquim Nabuco, a boa razão era a própria liberdade e, em defesa dela, até decisões supraleais poderiam ser efetivadas. Assim fez Perdigão Malheiro na sua colocação, ao eliminar, a partir de um preceito que se situava acima da lei, a parte do dispositivo do código da Louisiana que atendia aos anseios dos proprietários escravistas (obrigar os filhos das libertas sob condição a prestarem serviços). Em suma, quando a possibilidade da liberdade entrava em questão, posicionamentos de cunho moral – ressaltados até por preceitos legais, como a boa razão, ou por expressões como a

²⁴ PENA, Eduardo Spiler. **Pajens da Casa Imperial: jurisconsultos, escravidão e a Lei de 1871**. Campinas. Editora da Unicamp, 2001, p. 92.

“índole da nossa legislação” – sobrepuseram-se neste caso a qualquer lógica positiva de interpretação jurídica ou, quando muito, passaram a ser uma variável importante que deveria ser considerada pelos exegetas que vivenciaram a experiência do direito em sociedades escravistas.”²⁵

Após as manifestações de Caetano Soares e Perdigão Malheiro a questão parecia tender a uma solução, visto que não havia até aquele momento nenhuma oposição ferrenha às conclusões obtidas pelos dois juristas. Muito embora Salles Rosa tenha opinado em favor da obrigatoriedade da prestação de serviços dos filhos das libertas condicionais enquanto perdurasse a mesma obrigação por parte da mãe, este foi contradito por Perdigão Malheiros e sua opinião não parecia ameaçar o entendimento que privilegiava a liberdade dos nascidos naquela situação.

Entretanto, um fato novo surgiria; e com ele reviveria a ameaça de que aquele impasse não seria resolvido tão cedo dentro do IAB. O fato que adveio e ao qual fazemos referência foi a manifestação do então presidente da entidade, Augusto Teixeira de Freitas. Insuperável estudioso do Direito Romano, Teixeira de Freitas tratou de acalorar ainda mais o debate, ao propor uma interpretação das regras do direito romano diversa daquela defendida por Malheiro e Soares, reavivando novamente a dúvida sobre qual entendimento prevaleceria.

De acordo com Spiller Pena, Teixeira de Freitas tratou de negar a tese de que se os filhos da liberta condicional não poderiam ser considerados “frutos”, seriam eles livres, diferenciando as duas condições e se apegando ao formalismo da lei. Augusto Teixeira de Freitas ignorava o fato de que Perdigão Malheiros e Caetano Soares tinham chegado à conclusão que chegaram, através “dos sentimentos mais nobres e dignos que favoreciam o ideal de liberdade”²⁶. Aliás, o mesmo autor diz que para Teixeira de Freitas:

Tal conclusão [a que chegaram Perdigão Malheiros e Caetano Soares], no mínimo, deturpava a intenção da lei e de seu legislador. Era inconcebível para a visão jurídica (não paradoxal) de Teixeira de

²⁵ PENA, Eduardo Spiller. **Pajens da Casa Imperial: jurisconsultos, escravidão e a Lei de 1871**. Campinas. Editora da Unicamp, 2001, p. 93.

²⁶ Ibid, p. 94.

Freitas, avessa a influências subjetivas ou externas ao exercício formal e positivo da doutrina do direito.²⁷

E o romanista prosseguira em seu discurso destacando a existência de outra regra, editada por Ulpiano, que determinava que enquanto durasse a condição imposta à obtenção de liberdade por parte do cativo, permaneceria ele escravo. Spiller Pena afirma que através deste dispositivo, a liberdade condicional era vista como “uma espécie de ‘estado médio’, entre a escravidão e a liberdade, no qual os indivíduos eram denominados *statu liber* (estado livre)”²⁸. Portanto, para Teixeira de Freitas, seguindo a lógica romanista, a liberta condicional, enquanto nesta condição se encontrasse, deveria ser considerada escrava e, por isso, seus filhos nasceriam também escravos. A única ressalva que fez o jurista brasileiro com relação à referida previsão foi a de que a obrigação do filho da *statu liber*, de prestar serviços ao senhor de sua mãe, perduraria somente enquanto persistisse a condição que separava a mãe da alforria.

Por fim, de acordo com que nos coloca novamente Spiller Pena, Augusto Teixeira de Freitas expôs qual procedimento adotara enquanto advogado nas ações de que participou e que tratavam de questão relativa à condição da liberta condicional e seus filhos. Dizia Teixeira de Freitas que por diversas vezes buscou interpretar a questão de acordo com aquilo que havia sido literalmente definido a partir das palavras do testamento do senhor que concedia liberdade condicional a sua escrava – ou seja, através de uma interpretação gramatical da declaração de vontade do testador. Assim:

Quando na frase do testamento, concedia-se primeiramente a liberdade para depois se acrescentar a condição (situação correspondente à 1ª hipótese da proposta de Caetano Soares), optava pela liberdade. Dando-se o contrário, isto é, ‘quando a cláusula dos serviços era anterior às expressões que conferiam a liberdade’ (2ª hipótese da proposta de Caetano Soares), resolvia pela escravidão.”²⁹

²⁷ PENA, Eduardo Spiller. **Pajens da Casa Imperial: jurisconsultos, escravidão e a Lei de 1871**. Campinas. Editora da Unicamp, 2001, p. 94.

²⁸ Ibid, p. 95.

²⁹ Ibid, p. 96.

A manifestação de Teixeira Soares acirrou ainda mais a disputa e Perdigão Malheiro e Caetano Soares, que antes defendiam uma interpretação do direito romano segundo a boa razão, de modo a privilegiar a liberdade, provavelmente percebendo que a discussão enveredava para uma disputa acerca da mais correta exegese do direito romano – campo no qual provavelmente não poderiam fazer frente a Teixeira de Freitas – resolveram mudar a estratégia: assim, passaram a criticar a aplicação do direito romano para resolver a questão.

Primeiramente, Perdigão Malheiro invocou o conteúdo da Ordenação no ponto em que “privilegiava a liberdade em detrimento das ‘regras gerais’ do direito, disparando a sentença final de que ‘a teoria do Direito Romano, com suas sutilezas’ não era aplicável na discussão que travavam”.³⁰ Caetano Soares, por sua vez, abandonando sua teoria a respeito do usufruto, declarou: “nada para este caso de Direito Romano com suas disposições bárbaras e contraditórias, filhas de épocas diversas e ditadas por opiniões diferentes”.³¹

Teixeira de Freitas, por sua vez, continuou defendendo a aplicação do direito romano e sustentou novamente que por ser a liberta condicional escrava enquanto durasse a condição, seriam seus filhos, nascidos durante esse tempo, também cativos até que se cumprisse o termo. Entretanto, para seu desgosto, novamente aberta a questão para discussão em plenário, Teixeira de Freitas sofreu um duro golpe do qual deve ter tido muita dificuldade de se recuperar. A maior parte dos integrantes do IAB que aderiram à discussão se manifestaram negando a aplicação do direito romano para o caso. Além disso, tais integrantes “voltaram a ratificar que, em litígios que envolvessem pessoas escravizadas, a liberdade – como valor moral – ou a busca do que seria uma ‘melhor condição’ para os cativos deveria ser privilegiada e, em última instância, sobrepor-se à própria determinação da lei.”³²

Alguns deles eram, inclusive, considerados grandes romanistas, como por exemplo, Urbano Sabino de Mello, que se manifestou neste sentido:

³⁰ PENA, Eduardo Spiler. **Pajens da Casa Imperial: juriconsultos, escravidão e a Lei de 1871**. Campinas. Editora da Uncamp, 2001, p. 108.

³¹ PENA, loc. cit.

³² PENA, loc. cit.

É também entusiasta decidido do Direito Romano; notará porém, que esse direito não é Lei nossa, de nossa feitura; - e por sua parte declara, que sempre o repelirá quando esse direito admitir princípios e disposições repugnantes às ideias da moderna civilização.³³

A discussão, portanto, deixou de ser apenas jurídica para adentrar em questões de cunho moral, fundadas na boa razão e no novo “espírito” que surgia para que se interpretassem as normas relativas à escravidão, sendo, inclusive, na visão dos defensores da liberdade para este caso dentro do IAB, plenamente aceitável a sobreposição das normas com base naqueles preceitos subjetivos. É claro que para Teixeira de Freitas, que como já dissemos, era um rígido legalista e defensor da mais límpida e pura exegese das normas, a decisão que se desenhava causava muito desconforto. Spiller Pena, inclusive, nos coloca que:

Era muito para um jurisconsulto como Teixeira de Freitas que, de maneira diferente, conjugava seus princípios morais em estreita dependência e em respeito absoluto ao formalismo da lei, mesmo que isso (...) lhe causasse inquietações. (...) Aflito e tenso, ele percebeu que a polêmica que se travava no instituto, entre a escravidão e a liberdade deslocava-se para fora dos parâmetros legais, desconsiderando o conhecimento preciso e rigoroso que os sócios deveriam ter dos dispositivos e normas de lei que regiam o tema em debate. A questão estava, portanto, fora de seu controle como presidente e além de sua capacidade de racionalização como jurisconsulto, uma vez que somente a partir da mensagem positiva da lei é que o autor da *Consolidação* costurava seu pensamento e reflexão jurídicos.³⁴

O mal estar gerado em Teixeira de Freitas – que o fez, inclusive, renunciar à presidência da entidade – se relaciona, sem dúvidas, também ao fato de que não havia previsão legal que definisse indiscutivelmente a questão, o que abriu uma grande brecha para que outras questões, avessas à racionalidade legal que ele tanto prezava, fossem trazidas à baila.

Finalmente votada a questão, prevaleceu a interpretação favorável à liberdade dos filhos da *status liber*. Com relação à primeira hipótese levantada por Caetano Soares – se os filhos da liberta condicional seriam livres –, os

³³ PENA, Eduardo Spiller. **Pajens da Casa Imperial: jurisconsultos, escravidão e a Lei de 1871**. Campinas. Editora da Unicamp, 2001, p. 109.

³⁴ Ibid, p. 111.

membros do IAB votaram unanimemente pela liberdade, enquanto que com relação à segunda hipótese – sendo eles livres, se tinham a obrigação de prestar serviços –, embora a votação também tenha sido favorável à liberdade, foi muito mais apertada: oito votos contra sete.

O que se observa através da polêmica discussão travada entre os letrados é que efetivamente a questão da liberdade condicional não possuía uma resposta definitiva. Embora ao fim das intermináveis rodadas de discussões a liberdade tenha sido privilegiada em detrimento do cativo, a questão, na realidade, estava longe de ser precisamente respondida. Isto porque se o IAB era tido como um órgão com alta credibilidade entre os juristas da época, suas conclusões e encaminhamentos não se impunham com a força necessária para apaziguar as disputas relativas à questão levadas ao judiciário. Prova disso é o fato de que é possível encontrarmos processos judiciais em décadas posteriores que ainda discutiam a mesma situação, sobre as mesmas bases, mas desta vez colocada concretamente, envolvendo personagens reais.

Portanto, é impossível não considerar que o liberto condicionalmente se encontrava, de fato, em uma situação fronteiriça. Se de um lado, nas discussões dos juristas da corte, o entendimento parecia caminhar a lentos passos em direção à liberdade, o mesmo não pode ser dito com relação ao judiciário, que não conseguia concretizar uma uniformização de suas decisões concernentes ao tema, segundo conclusão obtida por Sidney Chalhoub e Eduardo Spiller Pena. Aliás, nem mesmo os indivíduos mais atingidos – quais sejam, as libertas condicionalmente e seus filhos – conseguiam visualizar, na prática, quais os benefícios reais que o fato de serem considerados juridicamente livres segundo os mais notáveis juriconsultos da época traria para suas vidas. Afinal, se fossem efetivamente considerados juridicamente livres, mas tivessem o dever de continuarem prestando serviços ao seu usufrutuário, qual a real mudança que o novo status jurídico os permitiria vislumbrar no dia a dia do cativo?³⁵ Parece-

³⁵ Muito embora o impedimento de venda – uma vez que um(a) liberto(a), mesmo que condicional, não poderia ser vendido(a), ou ao menos haveria dúvidas e restrições ao procedimento – pudesse ser uma conquista expressamente importante na vida daquelas pessoas.

nos ingênuo imaginar que o proprietário, ou melhor, usufrutuário, passaria a tratar de forma diferente um liberto condicional somente pelo fato de que a partir de um momento este deveria ser considerado livre juridicamente.

A discussão travada nas altas cadeiras daquela instituição formada pela elite letrada se localizava no campo das ideias. Para que as conclusões lá obtidas repercutissem efetivamente na vida dos libertos e das libertas condicionalmente seria necessário um impulso propulsor que deveria partir exclusivamente deles. Portanto, para que a conquista de direitos por parte dos oprimidos fosse realmente efetivada, o referido impulso deveria obrigatoriamente partir de baixo, a partir da provocação e inquietação destes sujeitos. A verdade da referida afirmação será provada quando passarmos a analisar, no capítulo 3, as ações de liberdade propostas por estes mesmos sujeitos.

Além de o resultado do fervoroso embate jurídico manifestado com relação à condição jurídica da *statu liber* e à liberdade de seus filhos não ter prevalecido de forma absoluta nos embates judiciais sobre a questão, ele passou despercebido também pelos que realizavam procedimentos de transmissão de bens em inventários. É bem verdade que o inventário não costuma ser um tipo de ação naturalmente litigioso, e é justamente por não possuir esse caráter que sua análise passa a ser importante para nos fornecer ainda mais indícios relativos à questão, pois nos permite analisar o tema sob uma perspectiva distinta daquela que opunha decisivamente interesses distintos. Passemos, portanto, à sua análise.

3 OS INVENTÁRIOS E A LIBERDADE CONDICIONAL

Colocada a questão controversa que gerou grande repercussão na doutrina jurídica do século XIX relativa à escravidão, passamos a analisar as ações de inventário encontradas pelo pesquisador no período entre 1875 e 1888 e que envolviam a temática da liberdade condicional. Retomaremos a controvérsia à qual foi dedicada o capítulo 1 posteriormente, quando passarmos a analisar as ações de liberdade. Justifica-se a análise dos inventários – mesmo que estes geralmente não possuam conflitos entre indivíduos com interesses diametralmente opostos – visto que eles são capazes de nos fornecer inúmeros indícios a respeito da liberdade condicional. Partindo da metáfora do historiador-detetive, que deve buscar indícios e pistas com o intuito de obter o conhecimento de um passado provável, é necessário que se examine os “pormenores mais negligenciáveis”³⁶ para que sejam alcançados “aqueles elementos menos racionalizados, menos filtrados, mais eloquentes porque menos intencionais.”³⁷

Pois bem, através das ações de inventário, se visa conferir proteção ao patrimônio de um indivíduo falecido, determinando a sucessão dos bens constituintes do espólio aos herdeiros ou sucessores daquele. Os inventários constituíram grande parte do universo de processos judiciais pesquisados em virtude da realização do presente trabalho.

Dentre estas ações pesquisadas, foi possível identificar aquelas nas quais o inventariado deixava testamento, por meio do qual se determinava de que forma deveriam ser divididos seus bens, dentro das possibilidades legais, e aquelas nas quais não havia a existência de testamento, de forma que a divisão do patrimônio do falecido seria feita absolutamente conforme determinado em lei. O testamento exprimia a vontade do testador e vinculava a divisão do seu patrimônio às condições impostas no documento.

³⁶ GINZBURG, Carlo. **Sinais: raízes de um paradigma indiciário**. In: Mitos, emblemas, sinais: Morfologia e História. São Paulo: Companhia das Letras, 1990, p. 143.

³⁷ HOSHINO, Thiago A. P.. **Entre o 'espírito da lei' e o 'espírito do século': a urdidura de uma cultura jurídica da liberdade nas malhas da escravidão (Curitiba, 1868-1888)**. 2013. Dissertação (Mestrado em Programa de Pós-graduação em Direito) - Universidade Federal do Paraná, Orientador: Luís Fernando Lopes Pereira, p. 18.

Dentre os bens legados pelo inventariado a seus sucessores, destacavam-se frequentemente escravos, que eram transferidos aos herdeiros, da mesma forma que se transferiam os objetos e animais de propriedade do falecido – e aqui importa destacar que dentro do universo de fontes utilizadas pelo pesquisador, as ações de inventário aparecem como a principal espécie de ação na qual foi identificada a maior quantidade de escravos descritos. Muitas vezes, é possível encontrar no testamento do falecido a determinação de que fossem libertados – inclusive condicionalmente – seus escravos e, por isso, os inventários nos fornecem diversas pistas a respeito do que se compreendia por liberdade condicional e que consequências ela gerava, no âmbito patrimonial.

Os escravos, assim como os demais bens do espólio, eram avaliados em dinheiro, de forma a auxiliar na mensuração do valor total do patrimônio deixado pelo falecido e facilitar a divisão dos bens entre os herdeiros, respeitando as proporções de observância obrigatória previstas em lei e/ou aquelas constantes na declaração de vontade do falecido, expressa por meio de testamento.

O valor pelo qual se avaliava um escravo dependia de inúmeros fatores, porém dois deles, intimamente conectados, saltam aos olhos do pesquisador, visto que estão presentes em todos os casos, quais sejam: a estimativa do valor da força de trabalho que o escravo poderia oferecer ao seu senhor, levando em consideração as características físicas, gênero ou idade daquele; e uma estimativa do interesse do mercado sobre esse escravo como bem ou mercadoria para fins de alienação ou empréstimo, tomando como base as mesmas características citadas anteriormente – e ressalte-se que aqui não se exclui qualquer outro fator que poderia interferir na referida avaliação, como por exemplo, no caso de escrava do sexo feminino, se esta já teria tido filhos ou não.

Em virtude da conjugação entre os dois principais fatores, evidencia-se o motivo pelo qual um escravo idoso possuía valor diminuto e porque o escravo do sexo masculino geralmente era avaliado por um valor maior do que o da escrava do sexo feminino quando estes se encontravam em faixas etárias semelhantes, por exemplo. Somente a título exemplificativo, citamos um dado que corrobora a afirmação ora sustentada. Bebiano, escravo negro, do sexo masculino e de 35

anos, em ação de inventário na qual foi descrito como bem, foi avaliado em 1 conto e 200 mil réis, valor muito superior ao que foi avaliado Pedro de Nação, negro, de 80 anos, qual seja, 40 mil réis³⁸.

É compreensível, também, tomando como base as afirmações anteriores, que um liberto condicionalmente tivesse seu valor bastante diminuído, uma vez que sua capacidade laborativa estaria limitada a termo final, e que este não poderia, ao menos em tese, ser alienado – como veremos adiante. Aliás, ressalte-se que poderia ser até vedada a avaliação deste indivíduo, vez que ele não poderia mais ser considerado plenamente e juridicamente como escravo, ou seja, como bem, para fins patrimoniais. Neste sentido, se determinou por meio de decisão exarada através dos Avisos do Ministério da Fazenda de 8 a 13 de Junho de [1873], 8 de Junho de [1873]:

Alforria, dada pelo senhor, com o onus de prestação de serviços, isenta da matrícula, porquanto não mais podem, os que forem assim libertados, ser considerados escravos; e sendo, devem ser omitidos; não podem pois ser avaliados.³⁹

Dito isto, passemos à análise das ações de inventário propriamente ditas, recordando que apenas aquelas que envolvem a previsão de condição de liberdade condicional foram selecionadas, visando esclarecer como juridicamente se tratava o liberto condicionalmente em uma ação de cunho exclusivamente patrimonial, como é o caso do inventário.

3.1 OS “ESCRAVOS LIVRES” DE MARIA CAROLINA

No dia 13 de maio de 1876, falecia Antonio de Souza Pereira, natural da “Villa de São José dos Pinhaes”, morador do quarteirão de Mandirituba, casado

³⁸ Arquivo Público do Paraná. Inventário de Domingos Correa Pinto, 1876. BR APPR PB 045 PI7328, Cx. 280 e Inventário de Bento Lucindo de Castro, 1876. BR APPR PB 045 PI7371, Cx. 282.

³⁹ In: MAFRA, Manoel da Silva. **Promptuário das leis de manumissão**. Índice alphabetico das disposições da lei nº 2040 de setembro de 1871. Regulamentos e Avisos do Ministério da Agricultura, Commercio e Obras Públicas. Jurisprudência do Conselho de Estado, dos Tribunais das Relações e Supremo Tribunal de Justiça. Rio de Janeiro, Typographia Nacional, 1877, p. 12.

em primeiras núpcias com Joséfa de Souza, à época já falecida e de cujo matrimônio resultaram dois filhos – Francisco e Maria – que, no entanto, faleceram ainda “de menor idade”. Antonio de Souza Pereira casou-se novamente, desta vez com Dona Maria Carolina, de cujo matrimônio não teve filhos.

Como única herdeira legítima de Antonio de Souza Pereira, sua mulher, Maria Carolina, foi nomeada inventariante nos autos de inventário, cuja autuação data de 15 de maio de 1876 e que tramitou perante o Juízo Municipal do termo de São José dos Pinhais. O inventariado legou testamento, escrito no dia 16 de fevereiro de 1870. No conteúdo do documento, Antonio Pereira declara transmitir todos os seus bens à sua mulher.

A narrativa acima parece apresentar uma situação bastante comum, mas um fato chama a atenção do pesquisador, motivo pelo qual o referido processo passa a ser objeto de análise neste estudo. Consta no testamento a seguinte declaração do testamenteiro:

Declaro que em quatorze de Abril de mil oito centos e sessenta e oito, de commum acordo com a minha referida mulher digo a referida minha mulher Maria Carolina passemos⁴⁰ carta de liberdade com a condição de servirem-nos durante nossas vidas, dos nossos seguintes escravos: José, crioulo, mulato idade quarenta e dois annos mais ou menos, Antonio, crioulo, mulato, idade trinta e oito annos mais ou menos, Luiz crioulo, mulato, idade nove annos mais ou menos, Francisco crioulo, mulato idade cinco annos mais ou menos. Antonia crioula mulata idade vinte seis annos mais ou menos. Laurinda crioula mulata idade dezesseis annos mais ou menos, Adriana crioula, mulata idade seis annos mais ou menos, o que tudo por este testamento confirmo (...) ⁴¹

De acordo com a situação narrada, Antonio Pereira e sua mulher declaram conceder liberdade a seus escravos, com a condição de que estes prestassem serviços e continuassem residindo com aqueles até que eles morressem. Como já indicado anteriormente, dentre as formas de concessão de liberdade condicional,

⁴⁰ Importa destacar que foi preservado o texto original, com a grafia e gramática vigente à época, e também com os erros cometidos pelos escrivães dos juízos. Este mesmo procedimento será adotado ao longo de todo o trabalho.

⁴¹ Arquivo Público do Paraná. Inventário de Antonio de Souza Pereira, 1876. BR APPR PB 045 PI7359, Cx. 282.

esta aparece com bastante frequência, não podendo ser considerada incomum. Logo, os escravos, nestes casos, recebiam a declaração de liberdade, tendo ciência da obrigação que ainda possuíam com seus senhores e que, uma vez suprida, os permitia viver em liberdade “como se de ventre-livre tivessem nascido”.

Dando-se seguimento à análise do processo, após a certificação de validade das declarações do testamento, procede-se à descrição dos bens do falecido. Dentre os “bens de raiz”, os “animaes cavalar” e os “animaes vaccum” constam descritos como bens os escravos José, Antonio, Laurinda, Antonia, Luiz, Adrianna. Chama-nos a atenção o fato de que os referidos escravos constam descritos em um tópico do auto de descrição dos bens nomeado sob a alcunha de “escravos livres” – e é importante que esta pequena informação seja memorizada pelo leitor, uma vez que faremos referência a ela mais adiante.

Nos autos, ainda, consta matrícula regular de todos os referidos escravos, seguida de declaração de Antonio de Souza Pereira e Maria Carolina, reafirmando a intenção de libertar seus sete escravos listados, sempre com a condição de os servirem e com eles morarem durante a vida do marido e da mulher.

Cumpre, por fim, destacar a respeito deste processo uma última informação de extrema relevância para o estudo aqui proposto, qual seja: quando da realização da avaliação dos bens legados por Antonio de Souza Pereira para que se prosseguisse o inventário de seus bens, os sete escravos deixaram de ser avaliados, já que, de acordo com o escrivão da Vara, Antonio Manoel de Quadros, “os escravos constantes da mesma descrição deixa de serem avaliados por estarem livre condicionalmente conforme consta destes autos.” Com base nesta informação, portanto, conclui-se que o referido entendimento está em consonância com a decisão citada no início deste capítulo, que determinava que os libertos condicionalmente não deveriam ser avaliados.

3.2 UMA FILANTROPIA INTERESSADA

Outro caso, bastante semelhante em diversos aspectos à situação narrada no processo analisado anteriormente também chamou a atenção do pesquisador. Nos autos de inventário dos bens do falecido Capitão Bento Lucindo de Castro, autuado no ano de 1876, no qual consta como inventariante Dona Roza Maria da Conceição, viúva de Bento de Castro e que tramitou perante o “Juízo Municipal e da Província de Cidade de Curitiba” consta testamento legado pelo falecido, através do qual se declara:

[...] que eu e minha mulher nesta data passamos carta de liberdade a nossos escravos de nomes Pedro de Nação⁴², João de Nação Catharina de Nação, Joaquina de Nação, Simão, crioulo e Ignez crioula, com a condição, porém, de nos servir, durante nossas vidas, e por nossas mortes gosarem de plena liberdade, sem mais onuz algum⁴³

Há descrição dos bens, na qual constam todos os escravos do acervo, sem qualquer referência à situação jurídica na qual estes se encontravam. Aqui, a particularidade reside no fato de que Roza Maria da Conceição, após finalizar a descrição do rol de bens legados pelo seu marido, declara desistir do direito que tinha como usufrutuária dos serviços – e utiliza estes exatos termos – dos escravos Pedro, João e Joaquina.

Ainda assim, procede-se à avaliação dos bens e diferentemente do que ocorreu no caso do processo anterior, todos são incluídos no rol dos bens e são avaliados, como se escravos fossem. Simão, aleijado de um pé e de idade 40 anos, mais ou menos, foi avaliado pela quantia de 600.000 réis, Ignez, de idade 8 anos, também foi avaliada em 600.000 réis. Por sua vez, Joaquina de Nação, por ser cega dos dois olhos, foi avaliada por quantia bem menor – 40.000 réis, mesmo valor pelo qual foi avaliado Pedro de Nação, de 80 anos. Por fim, foi avaliado João, preto, de nação e de idade mais ou menos 70 anos, pela quantia de 60.000 réis. Neste momento, percebe-se que muito antes de praticar uma boa ação, Roza Maria, ao abrir mão dos serviços dos três últimos cativos, abria mão

⁴² O termo “de Nação” significa “nascido na África”.

⁴³ Arquivo Público do Paraná. Inventário de Bento Lucindo de Castro, 1876. BR APPR PB 045 PI7371, Cx. 282.

também do dever de zelar pela saúde dos mesmos⁴⁴ – e ressalte-se que todos já eram de idade avançada, sendo inclusive Joaquina cega dos dois olhos.

3.3 IGÍDIO E O COMPROMISSO DE RESPEITAR SUA SENHORA

Nos autos de inventário dos bens de Faustino Eleuterio da Luz, falecido em dezembro de 1875, que deixou viúva Dona Petronilla Penteado da Luz, o processo autuado em fevereiro de 1876, que tramitou perante o Juízo Municipal de Curitiba, nos traz um bom exemplo de um caso de concessão de liberdade condicional a escravo. Faustino era proprietário de quatro escravos, a saber, de início: Ignacia, de 33 anos de idade, Caetana, de 13 anos de idade, Florencia, de 8 anos de idade e Joaquim, próximo dos 6 anos de idade. Os quatro foram arrolados na descrição dos bens do finado e avaliados em um conto de réis, as duas primeiras, e 500 mil réis os demais. Ignacia era mãe de Caetana, Florencia e Joaquim, como consta dos autos.

Os autos de inventário seguiram seu trâmite regular e padrão até a juntada de um requerimento feito pela inventariante. No documento, a viúva, dona Petronilla, dizia que seu falecido marido havia passado uma declaração em favor do escravo Igidio, lhe concedendo liberdade sob a condição de servir a ela enquanto fosse viva. Além disso, esclarecido o referido fato, requeria que se fizesse uma avaliação do usufruto – nota-se, novamente, o termo sendo utilizado nesse contexto – de Igídio, “para os efeitos legais”. Anexada ao requerimento, a declaração de Faustino da Luz:

Eu abaixo assignado declaro que por minha morte deixo meo escravo de nome Igidio livre com condição de servir te amorte minha mulher e pela morte de essa ficará livre com as clausolas que esplico se o dito meo escravo perder em qualquer circunstancia o respeito a minha mulher ficará sem effeito esta claresa e ficará Ella com o direito de vendello

⁴⁴ Entretanto, não era incomum, naquele contexto, que os libertos permanecessem sob a “proteção” de ex-senhores. Portanto, embora Roza Maria, ao libertar seus escravos mais velhos, tenha se eximido do dever legal de cuidar, zelar e proteger a saúde dos velhos que haviam sido seus cativos, nada garante que assim tenha feito.

como seo escravo que então fica sendo, e para claresa do que fica mencionado mandei passar o presente que vai por mim assignado.⁴⁵

Atendendo-se ao requerimento da viúva, nova avaliação foi realizada, para apurar o valor dos serviços de Igidio. Pelos avaliadores foi dito, nos exatos termos da declaração do escrivão dos autos, que “avalião os serviços que elle pode prestar à uzufrutuaria na quantia de duzentos mil réis”.

Aqui, cumpre relembrar que embora Faustino, em sua declaração de concessão de liberdade condicional a Igidio, tenha incluído a cláusula que suspendia os efeitos da liberdade concedida ao seu então escravo, já dissemos não ser possível, legalmente, a referida forma de reescravização. Portanto, a única exigência que se podia fazer ao liberto condicionalmente seria o cumprimento da prestação de serviços, mas nunca se poderia conceber seu retorno à condição de escravo. A esse respeito, transcreve-se decisão da época atinente à matéria, publicada em compilação feita por Manoel da Silva Mafra, em 1877:

Liberdade, com a clausula de serviços, não se annulla pela falta de implemento da condição. Este princípio que é hoje expresso no art. 4º, § 5º da Lei de 28 de Setembro de 1871, a qual obriga o liberto a cumpril-a por meio do trabalho nos estabelecimentos públicos ou por contractos com particulares, já fora consagrado na Revista nº 7351, de 19 de Dezembro de 1809 e Acórdão Revisor da Relação da Bahia de 4 de Julho de 1871. – Cas. Jur. pags. 178 e 179. – Vide – Libertos Condicionalmente.⁴⁶

Havia, inclusive, previsão legal que vedava a revogação da alforria por ingratidão: “Alforria – Não pode ser revogada por ingratidão, e assim está derogada a Ord. L. 4 Tit. 63. Lei art. 4º § 9º Reg. Nº 5138 art [04]”⁴⁷

⁴⁵ Arquivo Público do Paraná. Inventário de Faustino Eleuterio da Luz, 1876. BR APPR PB 045 PI7374, Cx. 282.

⁴⁶ In: MAFRA, Manoel da Silva. **Promptuário das leis de manumissão**. Índice alphabetico das disposições da lei nº 2040 de setembro de 1871. Regulamentos e Avisos do Ministério da Agricultura, Commercio e Obras Públicas. Jurisprudência do Conselho de Estado, dos Tribunais das Relações e Supremo Tribunal de Justiça. Rio de Janeiro, Typographia Nacional, 1877, p. 104.

⁴⁷ Ibid, p. 11.

Observa-se, portanto, que em 1876, quando Faustino Eleutério dispôs sobre suas vontades em testamento, a reescravização de liberto condicionalmente estava vedada em qualquer hipótese, inclusive se não prestados os serviços devidos pelo liberto sob condição. De todo modo, Faustino, seja em virtude de desconhecimento a respeito deste fato, ou, quem sabe, por pura artimanha – esperando, quem sabe, impor receio a Igidio de modo a garantir que sua mulher seria respeitada por este – decidiu por incluir tal determinação em sua declaração.

3.4 BENTO, LIBERTO CONDICIONAL E HERDEIRO DE TERRAS

Aos vinte e dous dias do mês de abril do anno do nascimento de Nosso Senhor Jesus Christo de mil oito centos e oitenta e três, na cidade de Coritiba, autuava-se a cópia do testamento deixado por Jacintho Guilherme de Lima, morador do distrito de Pocatuba, falecido naquele mesmo ano, deixando viúva Christina Maria de Nazareth. Em sua declaração de última vontade, Jacintho, além de ordenar que fossem rezadas duas missas de corpo presente no dia de seu falecimento e/ou no dia seguinte e, ainda, que fossem realizadas outras 25 missas por sua alma, 25! Jacintho – que pelo visto devia ter sido um ferrenho pecador em vida buscando compensação por estes após a morte –, declarou deixar liberto seu escravo Bento, com a condição, porém, de servir à sua mulher enquanto esta fosse viva. Além disso, ele declarava que deixava a seu escravo Bento, além da concessão de liberdade condicional, seis alqueires de capoeiras nas terras que foram de José Monteiro⁴⁸.

O escravo Bento apareceu na descrição dos bens do finado e teve seus serviços avaliados em 300 mil réis em posterior avaliação do espólio. Destaca-se que Bento, de cor cobre, solteiro e de idade mais ou menos 30 anos, teve avaliado apenas o usufruto de sua força de trabalho, assim como já havia ocorrido nos casos dos libertos condicionalmente destacados anteriormente.

⁴⁸ Apenas por curiosidade, destaca-se que dentre todas as ações de inventário lidas pelo pesquisador, Bento foi o único escravo a receber bem imóvel de seu senhor em virtude de declaração constante em testamento.

3.5 IGNACIO, BEBIANO E O CONFLITO ENTRE SEUS SENHORES

Nos autos de inventário dos bens do falecido Domingos Correa Pinto e sua mulher, Maria Roza do Carmo, autuado no ano de 1875 e que tramitou perante o Juízo Municipal de Curitiba, observa-se mais um caso de concessão de liberdade condicional a escravo. Domingos, natural da Freguesia de Valga, Bispado da Cidade do Porto, Reino de Portugal, legou testamento que nada dizia a respeito dos seus escravos. Procede-se à descrição dos bens e nela é possível identificarmos três escravos que faziam parte do acervo do inventariado: Ignacio, cor parda, com idade de mais ou menos 40 anos, solteiro; Bebiano, cor preta, pedreiro, com idade de mais ou menos 35 anos, solteiro; e Joanna, cor preta, com idade de mais ou menos 37 anos, solteira.

Logo de início, observa-se que a partilha dos bens entre os herdeiros do falecido português não seria por completa amigável. José Galdino Corrêa Pinto, herdeiro e filho dos inventariados, ainda no início da instrução processual, protocolou uma petição por meio da qual afirmava que o herdeiro nomeado como inventariante nos autos, Augusto Corrêa Pinto, seu irmão, estava retardando a descrição dos bens de propósito para tê-los por mais tempo, visto que este último sujeito residia com seu pai no momento que este faleceu e permanecia em posse da maioria dos bens arrolados no inventário. Além disso, José Galdino afirmava que o inventariante estava “maltratando os escravos pertencentes ao acervo, a ponto de já ter um deles fugido”⁴⁹.

Após tal acusação, presume-se que José Galdino foi buscar os escravos Bebiano e Ignacio, os retirando do convívio de Augusto Corrêa Pinto e os conduzindo a outra localidade. Isto porque Augusto, após receber a cobrança de seu irmão com relação à demora em ser realizada a avaliação dos bens do inventário, afirmou mais tarde em juízo que embora fosse efetivamente necessário efetuar a avaliação dos bens do inventário, tal procedimento seria impossível com relação aos escravos Ignacio e Bebiano, uma vez que ambos

⁴⁹ Arquivo Público do Paraná. Inventário de Domingos Correa Pinto, 1876. BR APPR PB 045 PI7328, Cx. 280.

teriam sido levados para o Arraial-Queimado sem o consentimento do declarante por seu irmão, José Galdino Corrêa Pinto. Observa-se, portanto, que para os dois irmãos herdeiros, o maior motivo de desentendimento parecia mesmo ser em relação aos escravos do inventário, e os acontecimentos que seguem parecem nos dar ainda mais pistas a respeito da controvérsia.

Finalmente realizada a avaliação dos bens, a Ignacio foi conferido o valor de 800 mil réis, Joanna, por sua vez, foi avaliada em 1 conto de réis e Bebiano, em 1 conto e 200 mil réis.

Feita a avaliação, José Galdino juntou aos autos um atestado médico pelo qual se declarava que o escravo Bebiano sofria de “bronquite crônica asmática, assim como de fraqueza na perna direita devido a um estresse que ofendeu um nervo importante da região astragaliana”, provando sua condição de enfermo.

Após o atestado, seguia requerimento de juntada do próprio Bebiano de declaração feita pelo herdeiro José Galdino, “a bem de sua liberdade”. Dizia a declaração, em seus exatos termos:

Declaro que aceito em minha folha o escravo Bebiano pela quantia de um conto e duseis mil réis (1:200.000); com a obrigação de passar-lhe carta de liberdade no fim de cinco annos contados da data da partilha do inventario de meus finados Paes, de que o mesmo escravo faz parte, isto em atenção aos bons serviços por elle prestado aos mesmos meus Paes. E por me ser pedida esta declaração pelo dito escravo, firmo-a. Curitiba 22 de Maio de 1876. José Galdino Corrêa Pinto.⁵⁰

No dia 22 de junho de 1876 realiza-se a “alimpação da partilha” e nessa ocasião José Galdino declara em juízo querer que sua legítima parte da herança fosse “preenchida com a adjudicação do escravo Bebiano” e que cedia a quantia de 400 mil réis para a liberdade do escravo Ignacio. Além disso, requeria que o restante do valor que ele teria por receber como herança fosse inteirado no valor da escrava Joanna. Segue a declaração constante no documento com a afirmação de que Gertrudes Corrêa Pinto, herdeira e representada por seu irmão, José Galdino, também cedia de sua legítima a quantia de 400 mil réis para a

⁵⁰ Arquivo Público do Paraná. Inventário de Domingos Correa Pinto, 1876. BR APPR PB 045 PI7328, Cx. 280

liberdade do escravo Ignacio – totalizando, portanto, o valor de 800 mil réis, pelo qual o escravo havia sido avaliado – e que o restante, da mesma forma, fosse inteirado no valor da escrava Joanna. Augusto Corrêa Pinto, por sua vez, insistia na cobrança de um valor que lhe deviam os escravos Ignacio e Bebiano, segundo alegação do próprio suposto credor.

Realizada a partilha, Ignacio é imediatamente libertado e Bebiano foi condicionalmente libertado – com a condição de servir José Galdino por mais cinco anos. Quando da homologação da partilha pelo juiz da comarca, Augustinho Ermelino de Leão, determinou que se passassem “as respectivas cartas de liberdade nos termos das declarações dos interessados”. Por fim, Silveira da Mota Jr., o juiz municipal, em despacho posterior, declarou:

Cumpra-se a sentença retro do Dr. Juiz de Direito. Passe o Escrivão carta de liberdade ao escravo que os herdeiros libertarão – assim como ao escravo que o herdeiro Jose Galdino Correa Pinto libertou com a condição constante dos autos incorporando-se na carta sua circunstancia.⁵¹

É difícil saber com exatidão qual teria sido a real intenção de José Galdino ao abrir mão de todo o valor que lhe cabia como herança para que fossem libertados dois ex-escravos de seus pais. É possível que o motivo que o encorajou a beneficiar Ignacio e Bebiano tenha sido efetivamente o fato destes terem prestado bons serviços para seus pais, conforme declaração constante dos autos e reproduzida anteriormente. Ou ainda, que o lado “humanista” de José Galdino tenha florescido e o encorajado a evitar que os dois escravos continuassem sendo maltratados por seu irmão, prática que ele já tinha relatado a ocorrência em juízo. Entretanto, devido a certa tendência à romantização que possui este pesquisador e destacando que a possibilidade agora levantada é sim plausível, podemos imaginar um cenário em que José Galdino, tomado por um “espírito” abolicionista e não conseguindo conceber a possibilidade de ver dois de seus companheiros escravizados, sendo que com relação a este fato poderia intervir, abre mão de sua herança para o benefício da concessão de alforria a ambos –

⁵¹Arquivo Público do Paraná. Inventário de Domingos Correa Pinto, 1876. BR APPR PB 045 PI7328, Cx. 280

ainda que o fato de José Galdino ter libertado Bebiano condicionalmente, tendo este que o servir por ainda cinco anos, pese contra essa formulação.

3.6 O QUE NOS DIZEM AS FONTES

Como se vê, é fato que com relação aos inventários o liberto condicionalmente não poderia mais ser considerado plenamente como um bem. Tal afirmação fica clara no momento em que se comparam os valores pelos quais os escravos e os libertos condicionalmente eram avaliados e qual a razão disso – cabendo, ainda, a ressalva de que há entendimento, inclusive, de que estes últimos nem poderiam ser avaliados.

Ainda, ressalta-se que vários detalhes destacados ao longo de nossa exposição a respeito dos inventários estudados corroboram tal conclusão. Primeiramente, o fato de que no inventário de Antonio de Souza Pereira todos os libertos condicionalmente são referidos na descrição dos bens como “escravos livres” – o termo em si já é extremamente contraditório – e que estes não foram avaliados justamente por esta razão é categórico para determinar que naquela ocasião, aqueles indivíduos não estavam mais sendo considerados bens aos quais se atribui valor monetário e que são postos em partilha. Além disso, destaca-se que mesmo nos outros casos, nos quais foi realizada avaliação sobre os libertos condicionalmente, esta sempre foi somente sobre o usufruto de seus serviços, e nunca sobre o valor de mercado deles mesmos, como unidade.

Portanto, resgatando a afirmação do início do presente capítulo, de que o valor de um escravo era composto, *grosso modo*, tanto por uma avaliação de sua capacidade laborativa, quanto por uma avaliação do interesse que o mercado teria sobre o seu trabalho, conferido-lhe caráter de mercadoria, o que se pode observar é que com relação ao liberto condicionalmente inexistia o segundo fator, uma vez que sobre este não havia interesse do mercado, justamente pela impossibilidade de se vender ou transferir um liberto condicionalmente e pelo fato de que os serviços prestados por este não teria mais um caráter de perpetuidade. E, ainda, se considerarmos que nos casos em que o termo condicional estava vinculado

diretamente a uma determinada pessoa – por exemplo, no caso do liberto com a condição de servir à mulher do testador enquanto esta fosse viva – tal obrigação seria impessoal e intransferível, aniquilando completamente a possibilidade de se atribuir um valor de mercadoria ao *status liber*. Vejamos o que afirma Patrícia Garcia Ernando da Silva:

O liberto condicional já era juridicamente considerado como um liberto de fato. A ele não se aplicavam os impostos cobrados com relação aos escravos, enquanto propriedades, pois, o que estava em pauta era a sua obrigação, ou seja, a prestação de serviços devidos e /ou as demais cláusulas a serem cumpridas até o pleno desfrute de sua liberdade, e não a posse de sua pessoa. Tanto é que não podia ser vendido sob pena de ser considerado livre.⁵²

A referida conclusão apreendida das fontes parece ser bastante plausível dentro do universo pesquisado. É evidente que se não há muita controvérsia com relação ao status jurídico do liberto condicional quando se fala em ações de inventário, tal motivo se deve provavelmente ao fato de que pela própria natureza da ação, que ao invés de existir para dirimir conflitos entre senhores e seus pretensos escravos, servia mesmo para proteger o patrimônio do inventariado e sua família⁵³, definindo-se a sucessão dos bens – proteção que geralmente interessava somente aos herdeiros – não propunha o debate específico acerca do tema, até por falta de interesse dos envolvidos; não havia o questionamento a respeito dessa condição do *status liber*.

Além disso, se é possível observarmos uma tendência de que os libertos condicionais não sejam considerados bens plenos para efeitos de sucessão, certamente tal fato se deve principalmente a razões de cunho econômico. Entretanto, importa destacar que se em meio aos inventários, a priori, os libertos condicionais recebiam a classificação de “juridicamente livres” é porque tal

⁵² SILVA, Patricia Garcia Ernando da. **Os possíveis significados das alforrias em São Paulo no século XIX**. Trabalho apresentado na ANPUH – XXV Simpósio Nacional De História – Fortaleza, 2009.

⁵³ O que não significa que conflitos não se configurassem. Foi possível vislumbrar isso quando da análise do inventário de Domingos Correa Pinto, através do conflito entre os dois irmãos Augusto e João Galdino. Aliás, há inventários com brigas intermináveis quando da partilha, muito embora o pesquisador não tenha encontrado nenhuma fonte que demonstre o referido fato.

atribuição de estado se demonstrava perfeitamente possível, fato que, no mínimo, poderia servir para motivar a busca desta mesma prerrogativa para situações diversas da especificamente prevista nos inventários.

De modo a se buscar um comparativo a respeito da tratativa da questão do liberto condicional nos diferentes tipos de ação, passaremos agora à análise das ações de liberdade.

4 AÇÕES DE LIBERDADE

Como já mencionado na introdução deste texto, é fato que a justiça era tida tanto por senhores quanto por cativos como um efetivo meio para a busca de direitos e garantias, ainda que, muitas vezes, ela não fosse considerada o primeiro recurso a ser utilizado na busca de determinada solução para um impasse entre os dois sujeitos da relação servil.

Na documentação pesquisada, aliás, evidencia-se que os arranjos desenhados pelos referidos sujeitos se davam mais comumente através de acordos interpartes, constituídos na relação privada entre senhor e escravo, oralmente, ou tornados públicos por meio da divulgação posterior de documento particular. É caso desta última hipótese, por exemplo, a concessão de alforria por meio de testamento – como visto no capítulo anterior. Nesta situação, a hipotética vontade individual do testador era externada através de um documento particular, que era disponibilizado a público quando do momento da instauração de uma ação de inventário. Evidentemente, poder-se-ia questionar o pesquisador no sentido de como um testamento se enquadraria na hipótese narrada, se este mesmo sujeito destacou em seu texto que o referido instrumento trazia à tona a vontade individual do testador e não um acordo de vontades propriamente dito.

Admite-se, é claro, que as declarações constantes em um testamento podem efetivamente exprimir tão somente a vontade individual de um testador, levando-nos a crer que em certas situações a totalidade do documento externava exatamente aquilo que o declarante ansiava que fosse concretizado após a sua morte. Entretanto, seria ingênuo ou até mesmo uma forma de subestimar o poder de negociação que um escravo poderia ter perante seu senhor, se deixássemos de considerar que uma declaração de alforria constante em um testamento pudesse ser fruto de um pedido do escravo a ser beneficiado ou até mesmo a maneira encontrada pelo seu senhor de evitar o descontentamento daquele, evitando, por exemplo, a possibilidade de instauração de um processo judicial conduzido pelo escravo, situação esta que será alvo de análise neste capítulo. É nesse sentido, aliás, que Thiago Hoshino afirma que:

A história do direito vista de baixo, isto é, desde as atitudes escravas, demanda apropriar-se de novas fontes e, além disso, traz o imperativo de tê-las com outros olhos, etnográficos em certa medida [...] De certa maneira, apagados ou naufragados num mar de linguagem oficial, técnica, especialmente em se tratando de fontes eminentemente jurídicas [...], os cativos não deixaram de tecer uma ‘intricada rede de relações microscópicas’ a qual, apesar de não auto-evidente, imprimiu suas digitais também sobre uma documentação multifária, sobrevivendo subterrânea à fala seca, formal, até certo ponto mecânica, da prática forense.⁵⁴

Assim, para que se compreenda a existência do citado poder de negociação que um escravo poderia ter perante seu senhor e para que se naturalize a ideia de que é plenamente possível imaginarmos um escravo compondo o polo ativo de uma ação judicial, cumpre-se necessário desconstituir a imagem do escravo como mero objeto e moldar a ideia de que este sujeito submetido a uma situação de escravidão era detentor de vontades e anseios e dotava de meios para a concretização de suas expectativas. Neste sentido, cabe retomarmos ideia contida na obra de Sidney Chalhoub, que afirma não conseguir “imaginar escravos que não produzam valores próprios, ou que pensem e ajam segundo significados que lhes são inteiramente impostos”⁵⁵.

A ideia do escravo como mero objeto ou coisa deriva geralmente de uma interpretação dos institutos e leis do Direito Romano, que transportados e mal encaixados no contexto social, jurídico e político do século XIX sustentavam a argumentação daqueles que defendiam tal construção. Entretanto, Perdigão Malheiros já rechaçava com exatidão a referida construção, afirmando que a equiparação do escravo aos objetos, mesmo no Direito Romano, só era possível no campo da “ficção da lei”. Vejamos o que dizia a respeito do tema o jurista:

[...] o próprio Direito Romano, conquanto a princípio desse ao senhor toda a latitude no exercício desse direito até o ponto extremo de poder

⁵⁴ HOSHINO, Thiago A. P.. **Entre o 'espírito da lei' e o 'espírito do século': a urdidura de uma cultura jurídica da liberdade nas malhas da escravidão (Curitiba, 1868-1888)**. 2013. Dissertação (Mestrado em Programa de Pós-graduação em Direito) - Universidade Federal do Paraná, Orientador: Luís Fernando Lopes Pereira, p. 21.

⁵⁵ CHALHOUB, Sidney. **Visões da Liberdade: uma história das últimas décadas da escravidão na Corte**. São Paulo: Companhia das Letras, 2011, p. 44.

impunemente aniquilar essa propriedade – escravo –, restringiu sucessivamente tal exercício, reconhecendo assim que no escravo havia outra coisa mais do que um objeto de propriedade, que ele não era rigorosamente uma coisa como os irracionais, que no escravo havia um homem, uma pessoa mesmo [...] É digno ainda de notar-se que, em muitos atos se devia ter, para efeitos civis, em atenção no escravo a sua qualidade de homem, de ser inteligente e livre.⁵⁶

Portanto, nesse estudo se rechaça toda e qualquer possibilidade de atrelamento da condição do escravo a uma condição de objeto ou de ser não dotado de vontade própria e de meios de realizá-la. Tudo isso corrobora o fato de que no período pesquisado, os escravos e libertos já dotavam de meios até mesmo institucionais para busca de seus anseios e suas vontades. Neste sentido, Thiago Hoshino constata que os tribunais, no final da década de 1870, já possibilitavam um campo de disputa processual entre senhores e escravos:

No final da década de 1870, já era factível a um escravo enfrentar seu senhor perante um tribunal. O foro não era o espaço reservado exclusivamente ao embate das vontades senhoriais, mas a vontade dos cativos começou a contar também, ainda que o direito não se tivesse desapegado inteiramente dos parâmetros da *ideologia da alforria*.⁵⁷

É claro que não se ignora o fato de que tal institucionalização das lutas travadas por estes sujeitos dependia sempre da provocação espontânea deles mesmos. O ímpeto surgiria, portanto, sempre de baixo para cima e as demandas que um dia chegaram ao Judiciário envolvendo questões relativas à escravidão tem como uma origem comum a inquietação e a não passividade dos oprimidos com relação a suas condições, como será possível vermos ao longo deste capítulo. Passaremos agora à análise das ações de liberdade encontradas pelo pesquisador.

⁵⁶ MALHEIRO, A **escravidão no Brasil 1**, p. 54, In: PENA, Eduardo Spiller. Pajens da Casa Imperial: juriconsultos, escravidão e a Lei de 1871. Campinas. Editora da Unicamp, 2001, p. 267.

⁵⁷ HOSHINO, Thiago A. P.. **Entre o 'espírito da lei' e o 'espírito do século': a urdidura de uma cultura jurídica da liberdade nas malhas da escravidão (Curitiba, 1868-1888)**. 2013. Dissertação (Mestrado em Programa de Pós-graduação em Direito) - Universidade Federal do Paraná, Orientador: Luís Fernando Lopes Pereira, p. 127.

4.1 JOÃO E BENEDICTO E AS FICÇÕES DO DIREITO ROMANO

O leitor, ao adentrar no presente tópico, deve ter a consciência de que tem diante de si o relato de uma das ações mais interessantes com as quais o presente pesquisador já se deparou devido à riqueza da discussão jurídica que nos é apresentada através dela. Trata-se, na realidade, de um traslado de autos de Ação de Liberdade proposta pelos irmãos João e Benedicto em face de Cirino José Gonsalves, alegadamente senhor dos dois irmãos, que apela da decisão final exarada no processo para o Tribunal da Relação de São Paulo, motivo pelo qual se fez o referido traslado. A ação original data de 17 de outubro de 1877, tramitou inicialmente perante o Juízo Municipal de Curitiba e foi iniciada por requerimento de João e Benedicto, que buscavam o amparo da justiça com o intuito de obterem liberdade, visto terem alegadamente nascido de ventre-livre. Resumidamente, o que dá ensejo à propositura da ação é o fato de que Joaquina, originalmente escrava de Clara Maria, foi legada em situação de liberdade condicional por meio de testamento à sobrinha desta, Bebiana, em virtude da morte daquela. No testamento, feito em 1850, Clara Maria definia o destino de seus cativos:

[...] Os escravos Nicolau, Domingos, preto, ao casal de jentios Antonio e Maria, serão reconhecidos libertos por meu falecimento, porém com a obrigação de bem servirem e acompanharem meu dito marido até seu falecimento, desde quando então gosarão de sua plena e inteira liberdade. Declaro que tenho criado em minha Companhia duas sobrinhas minhas, orphãos de pai e mãe, as quais pelo respeito amor com que me tem trado sempre. Declaro que uma dellas de nome Bibiana, deixo uma negrinha de nome Joaquina. Declaro que a outra minha dita sobrinha afilhada de nome Josefa, digo, de nome Clara, lhe deixo outra negrinha de nome Josefa, de quaes serão suas escravas cujo senhorio lhe deixo em quanto ditas minhas sobrinhas vivas forem e por isso que desde o falecimento das ditas minhas sobrinhas serão considerados livres de captiveiro e donas de sua inteira liberdade, sem que jamais possam ser negociadas, vendidas, trocadas ou de alguma maneira alienadas por divida a credores sem que jamais nenhum herdeiro de ditas minhas sobrinhas possam ter sobre taes negrinhas algum direito, pois que só serão captivos, durante a vida de minhas referidas sobrinhas. Declaro mais que a outra minha sobrinha de nome Delfina Vaz lhe deixo uma outra crioulinha de nome Belizaria, que desde já lhe fica pertencendo, debaixo das mesmas condições, prescriptas as duas minhas sobrinhas Bibiana e Clara. Declaro que o

crioulo de nome Manoel, de idade de sete anos, terá seu valor, applicado para os sufragios de minha alma [...]⁵⁸

Portanto, como visto, os serviços de Joaquina foram legados a Bibiana, que poderia usufruir do trabalho da liberta condicionalmente enquanto fosse esta herdeira viva. Cirino José, o ora réu na ação de liberdade e marido de Bibiana de Alcantara, recebeu Joaquina em 6 de outubro de 1850, quando esta ainda tinha 16 anos, conforme declaração juntada aos autos. Ocorre que Joaquina, enquanto se encontrava nessa situação transitória, teve filhos – dentre os quais se encontram João e Benedicto, que nasceram em 1855 e 1858, respectivamente –, que passaram a ser tratados por Bibiana e seu marido, Cirino José, como se seus escravos fossem. Daí que apoiados pelo fato de terem nascido enquanto Joaquina já era liberta condicionalmente, alegam terem o direito de serem considerados ingênuos.

No requerimento inicial, os irmãos, por meio de seus procuradores, Generoso Marques dos Santos e José Lourenço de Sá Ribas, apresentam os seguintes argumentos:

[...] antes do nascimento dos autores já sua mãe havia obtido liberdade embora condicionalmente e consequentemente nascerão elles de ventre livre e são absolutamente livres desde o seu nascimento [...] Que além do exposto é pelo menos duvidoso se os autores forão matriculados em virtude da Lei de vinte e oito de Setembro de mil oito centos e setenta e um, porquanto o réu não os deu a matricula e na matricula dada por sua mulher figurão somente escravos com filiação desconhecida ou ignorada [...] quando pelas circunstancias que ficão deduzidas, não podia o réu ou sua mulher desconhecer a filiação dos autores.⁵⁹

Juntou-se aos autos, em seguida, certidão de batismo de João e Benedicto, na qual consta que ambos são filhos de Joaquina. Há, ainda, a oitiva de diversas testemunhas, dentre elas Antonio Mariano Nunes, lavrador e vizinho de José Cirino, que da mesma forma declara serem os irmãos filhos de Joaquina e, ainda, que esta era a única escrava com esse nome pertencente ao réu. Presumiram os procuradores dos irmãos que a juntada de prova da filiação de ambos, atestando

⁵⁸ Arquivo Público do Paraná. Ação de Liberdade proposta por João e Benedicto, 1877. BR APPR PB 045 PI7536, Cx. 287.

⁵⁹ Ibid.

terem nascido ambos de liberta condicionalmente seria prova inequívoca do direito à liberdade que lhes cabia.

Por via das dúvidas, apresentaram, em razões finais, ainda mais argumentos em favor do reconhecimento de liberdade. Diziam os procuradores que se antes da “áurea lei de vinte e oito de setembro de 1871” a melhor doutrina e a maior parte das decisões judiciais já consideravam absolutamente livres os filhos da “*status libera*”, após a promulgação dela:

por cujo benéfico influxo cairão as ficções do Direito Romano e as sophisticas distinções dos que não querião de todo apartar-se de uma legislação a este respeito inteiramente discordante do espírito do século e dos nossos costumes, aquella doutrina tornou-se incontroversa a tal ponto poder executivo não hesitou em consignal-a francamente em suas decisões⁶⁰

Interessa destacar que ao citarem o “espírito do século” os procuradores dos autores se referiam a uma “metáfora dos influxos da modernização e racionalização do universo do direito no período”, na definição de Thiago Hoshino⁶¹, que seria contrário ao rigor escravista, tendendo à liberdade em suas ponderações. O termo guarda estreita relação com a boa razão destacada por Caetano Soares e Perdigão Malheiro na Conferência de 1857. O argumento apresentado era o de que uma vez que a criação da Lei do Ventre Livre demonstrava justamente uma tendência ao enfraquecimento do instituto da escravidão e um impulso em direção ao alargamento do alcance da liberdade e, ainda, se mesmo antes disso as decisões judiciais e a doutrina já decidiam, nestes casos, em favor da liberdade, não restaria dúvidas de que os autores deveriam ser considerados livres desde a concepção. Continuam os autores:

Não pode pois haver hoje duvida alguma acerca da inapplicabilidade dos preceitos do Direito Romano, sobre a espécie do caso de que ora nos ocupamos; nem pode esse direito ser considerado fonte subsidiária,

⁶⁰ Arquivo Público do Paraná. Ação de Liberdade proposta por João e Benedicto, 1877. BR APPR PB 045 PI7536, Cx. 287

⁶¹ HOSHINO, Thiago A. P.. **Entre o 'espírito da lei' e o 'espírito do século': a urdidura de uma cultura jurídica da liberdade nas malhas da escravidão (Curitiba, 1868-1888)**. 2013. Dissertação (Mestrado em Programa de Pós-graduação em Direito) - Universidade Federal do Paraná, Orientador: Luís Fernando Lopes Pereira

em face da lei de dezenove de Agosto de mil sete centos e sessenta e nove. Pelo facto da concessão da liberdade embora dependente de condição e espaçado o seu exercício para certo tempo, o direito de pessoa livre esta adquirido, ninguém pode revogar, e consequentemente os filhos dessa pessoa, nascido depois do acto que confere a liberdade, são absolutamente livres.⁶²

Como se vê, os procuradores dos autores sustentaram o anacronismo da aplicação do Direito Romano para o contexto social desenhado no final do século XIX, seguindo, desta forma, entendimento já manifestado por Perdigão Malheiro, ao qual fizemos referência anteriormente e que é amplamente citado pelos curadores dos autores⁶³. No entanto, veremos que tal argumento recebeu dura oposição do representante do réu, Tertuliano Teixeira de Freitas, que, curiosamente, era genro de Augusto Teixeira de Freitas – o jurista que em 1857 defendeu no IAB a tese de que os filhos da liberta condicional deviam serviços ao senhor de sua mãe, até que a condição fosse cumprida. No debate estabelecido em torno desta ação judicial, defendendo os interesses de seu cliente, Tertuliano, tal como seu sogro fizera 20 anos antes, demonstrou ser um fervoroso romanista. Aliás, é facilmente perceptível que boa parte do embate jurídico que se configurou entre as partes nessa ação consistia na discussão a respeito da aplicabilidade subsidiária ou não das regras do Direito Romano. Considerava, portanto, Tertuliano Teixeira de Freitas no início das alegações finais do réu:

Se não nos fornece a legislação patria para a solução do presente pleito, os necessários elementos; se, em face dessa mesma legislação, resta-nos o auxilio e a luz do direito subsidiário; devemos desprezar como meras ficções os princípios e doutrinas consagradas na jurisprudência romana, acastellando-nos num pretendido espírito do século, que esta longe de inspirar os costumes de nosso paiz? Contra esse espírito do século, contra esse ideal dos nossos costumes imaginado pelos patronos dos autores protesta a Lei de vinte oito de Setembro de mil oito centos e setenta e hum, que, não sendo radical e completa, deixou incólume a instituição que só o tempo derrocará de todo.⁶⁴

⁶² Arquivo Público do Paraná. Ação de Liberdade proposta por João e Benedicto, 1877. BR APPR PB 045 PI7536, Cx. 287

⁶³ Importa destacar que não há como se ter certeza que os procuradores aderiam realmente à lógica aclamada por eles como o “espírito do século”, até mesmo porque se sabe que Generoso Marques dos Santos e José Lourenço de Sá Ribas eram, eles mesmos, proprietários de escravos.

⁶⁴ Arquivo Público do Paraná. Ação de Liberdade proposta por João e Benedicto, 1877. BR APPR PB 045 PI7536, Cx. 287.

E mais:

A legislação romana não é um completo de ficções, como pensam os illustres advogados adversos, em assumpto de escravidão. Sancionando os costumes, acompanhando os desvrios da raça conquistadora, os legisladores romanos obdecerão as circunstancias de sua epocha as exigências do meio social em que viverão. Não é anachronico o espírito daquella legislação em relação aos nossos costumes, pois os princípios da disciplina e subordinação, que, segundo um notável escriptor, inspirão os antigos legisladores, perduram em nossa sociedade e fazem sentir constantemente os seus salutareos feitos. O ius domini, o ius protestatis são ainda para nós uma ficção. Se a nossa civilização aboliu o ius visto et necis não supprimiu em tudo a escravidão. Em face da Lei de dezenove de Agosto de mil setecentos e sessenta e nove [referia-se à Lei da Boa Razão], cumpre-nos recorrer a fonte subsidiaria e principalmente ao Direito Romano que continua a reger a especie que nos occupa. O princípio regulador, no assumpto, do Direito Romano, contem-se neste preceito: “partus sequitur ventrem”. Para o mesmo Direito o statu liber significava ter alguem a liberdade espaçada para certo tempo ou dependente de condição. Statu líber est qui statutam et destinatam em tempus vel conditionem libertatem habit. Paul. L. 1º - Dig. De statuliber XI, 7. Ulpiano decide: “em quanto pende a condição, o statuliber é escravo do herdeiro.”⁶⁵

Após a leitura dos referidos trechos das alegações finais do réu, fica fácil entender porque o pesquisador não simpatiza muito com o sujeito responsável pela redação das alegações, Tertuliano Teixeira de Freitas. Na realidade, o desafeto surgiu também pelo fato de o presente pesquisador já o conhecer de outros carnavais. Ferrenho defensor do direito à propriedade em detrimento ao direito à liberdade e rígido e convicto proprietário de escravos – tendo sido encontrada, inclusive, em meio aos documentos judiciais utilizados para a realização deste trabalho, uma carta por ele enviada ao comandante da subdelegacia de polícia do município de Curitiba, o parabenizando pela rigidez empregada na captura de um escravo seu fugido – o referido sujeito é frequentemente visto ao lado do senhorio, tendo em uma única ação do conhecimento do pesquisador sido encontrado como curador nomeado pelo Juízo de um escravo, na qual demonstrou todo o seu descontentamento por ter sido colocado em defesa do indivíduo daquele polo da ação.

⁶⁵ Ibid.

Desabafos à parte, se vislumbra que Tertuliano possuía um apreço enorme pelas regras e princípios do Direito Romano, tendo inclusive citado Ulpiano – jurisconsulto romano do século II – em suas alegações. A intensidade com que defendia a aplicação do Direito Romano fez com que Thiago Hoshino, ao analisar o mesmo processo ora referido, dissesse que Tertuliano Teixeira de Freitas parecia mais preocupado em salvar o Direito Romano do que a seu cliente.⁶⁶

Voltando às alegações finais dos autores, diziam seus curadores que a matéria central discutida nos autos estava já “uniformemente confirmada pelos arestos” ministeriais, existindo, inclusive, jurisprudência nesse sentido. É citado um Acórdão da Relação de Porto Alegre, de 22 de setembro de 1874, que confirmava que “o filho nascido pendente conditione – da liberdade conferida a sua mãe escrava é livre”. Curioso é o fato de que até mesmo Augusto Teixeira de Freitas, renomado jurisconsulto da época, autor da obra “Consolidação das Leis Civis” e ferrenho legalista, foi citado pelos representantes dos autores da ação para defender a liberdade dos irmãos. Segue a transcrição da citação dos autores ao entendimento de Teixeira de Freitas:

O próprio Doutor Teixeira de Freitas que opinava que os filhos da statu libera erão escravos, como se vê da sua carta dirigida ao Instituto dos Advogados e publicada no ‘Correio Mercantil’ de vinte dous de outubro de mil oito centos e conçoenta e sete com quanto modificasse posteriormente a sua opinião, seguindo o Código da Luiziana, na segunda edição da Consolidação das Leis, rejeitou aquella distinção, dizendo na citada carta “Ou se declare em um testamento, que se deixa liberta uma escrava com obrigação de servir alguma pessoa em quanto esta for viva, ou por certo praso de tempo; ou se declare se deixar escravos para servirem temporariamente a alguém e findo o praso dar-se-lhes carta de liberdade. Estas duas redacções envolvem o mesmo pensamento, são manifestações de ultima vontade de um senhor, que dispõe da mesma forma de sua propriedade. São phrases equipolentes, que exprimem em fundo o mesmo pensamento, nem o favor com que a lei olha para a causa da liberdade, tolera tão subtil destinação.”⁶⁷

⁶⁶ HOSHINO, Thiago A. P.. **Entre o 'espírito da lei' e o 'espírito do século': a urdidura de uma cultura jurídica da liberdade nas malhas da escravidão (Curitiba, 1868-1888)**. 2013. Dissertação (Mestrado em Programa de Pós-graduação em Direito) - Universidade Federal do Paraná, Orientador: Luís Fernando Lopes Pereira

⁶⁷ Arquivo Público do Paraná. Ação de Liberdade proposta por João e Benedicto, 1877. BR APPR PB 045 PI7536, Cx. 287.

Por fim, sustentam os autores que pelo fato de terem sido matriculados os irmãos como escravos, o ato de matrícula se constituía como ato de má-fé, uma vez que o réu não havia como não saber que Joaquina era a mãe de ambos. Ora, seguindo o raciocínio dos curadores, se José Cirino sabia que João e Benedicto eram filhos de Joaquina e mesmo assim decidiu ocultar tal fato na matrícula de ambos era porque justamente temia ter a sua propriedade perturbada, vez que Joaquina já era liberta condicional. Transcreve-se, novamente, trecho derradeiro das alegações de razões finais dos autores:

Isto posto, provado como está pelos documentos offerecidos e pelos depoimento das testemunhas, que a mãe dos autores fora legada à mulher do réu, com a condição de ficar livre pelo falecimento desta, cujo serviço ficou limitado ao serviço da escrava doada, conforme a verba do testamento a folhas quatro que prohibio toda e qualquer alienação, é evidente que os autores nascidos durante o cumprimento da condição de liberdade são absolutamente livres desde o seu nascimento, e como taes devem ser declarados, fazendo-se cessar o duro captiveiro em que tem vivido sob o poder do réu, onde forão por vezes castigados severamente, occultando-se o título de sua liberdade, com tanta má fé, que forão dados a matricula sem declaração alguma sobre o seu estado, e com filiação desconhecida, como se vê da certidão a folhas [...], supposto seja essa a matricula dos autores.⁶⁸

A argumentação dos curadores dos autores parece bastante adequada, especialmente se levarmos em consideração os duelos que se travaram entre os juristas membros do IAB vinte anos antes da propositura da ação de João e Benedicto contra José Cirino. Na verdade, o que se observa é uma quase repetição daquele mesmo embate, mas agora transportado para um processo judicial, que corria perante a Justiça Imperial e no qual eventual decisão vincularia o futuro de principalmente dois indivíduos, concretamente. É interessante o fato de que até mesmo o embate teórico jurídico das partes guarda estreita relação com aquele ocorrido entre Perdigão Malheiro e Augusto Teixeira de Freitas. Tal constatação demonstra de fato como se dava a circularidade da cultura jurídica à qual nos referimos anteriormente. Os influxos culturais transitavam em via dupla entre a alta e a baixa cultura jurídica da época – nos debates promovidos pelos letrados e na atuação praxista dos advogados e rúbulas

⁶⁸ Ibid.

no foro. Nem mesmo a controvérsia a respeito do Código da Louisiana passou incólume no embate processual travado entre os representantes de autores e réus. No trecho destacado a seguir, Tertuliano Teixeira de Freitas cita Augusto Teixeira de Freitas e defende sua interpretação favorável ao senhorio a respeito do dispositivo do Código norte americano em questão, qual seja, que os filhos da liberta devem prestar serviços até que se cumpra a cláusula final determinada para a concessão da alforria:

O Doutor Teixeira de Freitas em seu livro – Consolidação das Leis Civis 3ª edição, pág. 6 – nota, diz: Os filhos de uma estado livre nascem escravos do herdeiro. Lib. 16 Dig. Statuliber. Tenho sempre opinado em contrario, seguindo com mais rasoavel a disposição do Codigo da Luiziana, Artigo cento e noventa e seis, que diz: O filho nascido da mulher que tem adquirido um direito absoluto a sua liberdade futura, segue a sorte de sua mãe e fica livre na epocha determinada para sua alforria, ainda mesmo que venha a fallecer antes dessa epocha⁶⁹

Semelhante interpretação do dispositivo do Código norte americano havia sido feita por Salles Rosa na Conferência de 1857. Percebe-se que Tertuliano Teixeira de Freitas, em sua manifestação em defesa do réu, tenta rediscutir a questão, esperando que dessa vez o resultado do embate fosse favorável à tese sua e sustentada anteriormente pelo seu sogro, Augusto Teixeira de Freitas. Para o réu, afinal, valia a tentativa, visto que mesmo vinte anos após os debates do IAB a questão ainda não estava superada, sendo retomada em sua indeterminação nas ações de liberdade nas quais se discutissem a condição dos filhos nascidos de liberta condicional.

Além disso, tendo Tertuliano Teixeira de Freitas conhecimento dos termos do referido debate e considerando que os procuradores dos autores haviam adentrado na discussão acerca do espírito do século, tentou também moldar, à sua maneira, o argumento de que a interpretação dos dispositivos relativos à escravidão deveria ser feita com base na boa razão. Desta forma, tentou encontrar a sua própria concepção sobre a natureza do termo ao se manifestar da seguinte forma: “Em face da boa razão não se pode sustentar que a liberdade dos filhos da

⁶⁹ Arquivo Público do Paraná. Ação de Liberdade proposta por João e Benedicto, 1877. BR APPR PB 045 PI7536, Cx. 287.

mulher escrava comece antes da liberdade d'aquella, quando o direito dos primeiros depende dos direitos da ultima.”⁷⁰

Também à sua própria maneira, Tertuliano tentou de diversas formas adaptar o discurso do próprio Perdigão Malheiro favoravelmente à manutenção da condição de escravos dos autores. Desta forma, afirmou:

[...] O mesmo Doutor Perdigão Malheiros, no livro citado pág. 161, paragrapho 124, assim se exprime: “Em legislação de povos nossos contemporâneos qual a dos Estados Unidos da Norte America, aliás em geral não favorável a causa da liberdade dos escravos, se lê ag. No Código da Luiziana que o estatuliber pode fazer a aquisições etc., que os filhos de escravos em taes condições não são escravos e sim livres sujeitos apenas a mesma sorte das mães com os mesmos direitos que estas.”⁷¹

Assim, Tertuliano Teixeira de Freitas tentava desvirtuar os argumentos de Perdigão Malheiro a tal ponto que chegou a insinuar implicitamente que este mesmo doutrinador sustentava que os filhos da liberta condicional deveriam prestar serviços ao “senhor” de sua mãe enquanto durasse a condição. Thiago Hoshino bem observou a estratégia do romanista neste caso:

Que a defesa do senhor de João e Benedicto levasse em conta, à sua maneira, a doutrina de Perdigão Malheiro, é inegável. Tertuliano Teixeira de Freitas (...) estava encurralado: se corroborar a doutrina de Malheiro significava entregar a causa de bandeja para seus adversários, tampouco podia ignorar por completo o único jurista de renome que se havia concentrado sistematicamente sobre a questão. A solução foi uma *recepção eclética* das ideias do autor, quase tão ‘fora do lugar’ quanto devia ser seu liberalismo, se caso dele fosse adepto: citava todo o ‘trabalho de reconstrução’ que Malheiro fazia n’*A escravidão no Brasil* no âmbito dos preceitos romanos e norte-americanos, sem sequer mencionar que o autor rejeitava veementemente a aplicação dos mesmos dentro do Império.⁷²

⁷⁰ Arquivo Público do Paraná. Ação de Liberdade proposta por João e Benedicto, 1877. BR APPR PB 045 PI7536, Cx. 287.

⁷¹ Ibid.

⁷² HOSHINO, Thiago A. P.. **Entre o 'espírito da lei' e o 'espírito do século': a urdidura de uma cultura jurídica da liberdade nas malhas da escravidão (Curitiba, 1868-1888)**. 2013. Dissertação (Mestrado em Programa de Pós-graduação em Direito) - Universidade Federal do Paraná, Orientador: Luís Fernando Lopes Pereira, p. 246.

Ainda, com relação ao acórdão do Tribunal da Relação de Porto Alegre citado pelos patronos dos autores, o procurador do réu tentou, da mesma forma, utilizar a referida decisão de forma favorável à sua argumentação contrária à liberdade absoluta dos irmãos João e Benedicto. Afirmou Tertuliano Teixeira de Freitas:

[...] o C. Tribunal da Relação de Porto-Alegre decidio que erão livres os filhos de mulher alforriada condicionalmente, assim como a mesma mulher; mas reconheceu que assistia a mãe e aos filhos a obrigação de prestar serviços obrigação que cessa somente quando preenchida a condição imposta a liberdade. No caso figurado pelo Accordão a liberdade foi concedida pelo senhor com a obrigação de servir a este em quanto vivo fosse; na hypothese do presente pleito a liberdade também foi concedida [?] – se assim querem os patronos dos autores – mas com a obrigação de servirem ao herdeiro que ainda existe, não se tendo ainda por isto preenchido a condição.⁷³

Importa, porém, destacar que para chegar a tal conclusão relativa ao conteúdo do acórdão de Porto Alegre, Tertuliano promoveu “mais um deslocamento intelectualmente pouco honesto”⁷⁴, copiando apenas trechos esparsos da referida decisão com o intuito de induzir o juízo a receber seus argumentos como verdadeiros.

Foi, porém, apoiado na doutrina de Augusto Teixeira de Freitas que o procurador do réu construiu a maior parte de sua linha argumentativa. Além de reproduzir as mesmas razões expostas pelo autor da *Consolidação* na ocasião dos debates do IAB, foi baseado em escritos de seu sogro que Tertuliano procurou desconstruir os argumentos dos autores, inclusive rechaçando a utilização dos Avisos Ministeriais aclamados pelos patronos dos autores que mais esclareciam a questão, sob o argumento de que os referidos avisos só valeriam para a situação dos nascidos depois da Lei de Ventre Livre:

O Doutor Teixeira de Freitas, em sua obra já citada [Consolidação das Leis Civis], pagina 39, Nota, diz: “Depois da lei do vinte oito de Setembro de mil oito centos e setenta e um, na qual estatuiu-se que ninguém mais nasceria escravo, são absolutamente livres os filhos das

⁷³ Arquivo Público do Paraná. Ação de Liberdade proposta por João e Benedicto, 1877. BR APPR PB 045 PI7536, Cx. 287.

⁷⁴ HOSHINO, op. cit. p. 246.

alforriadas condicionalmente.” O indicado juriscunsulto assim se exprime analisando o Aviso de vinte três de Junho de mil oito centos e setenta e cinco – acima citado – Ora, está claro, à vista dos termos do Aviso e da interpretação do Doutor Teixeira de Freitas, que a decisão do Ministério da Agricultura versa sobre os nascidos depois da Lei de vinte oito de Setembro, que não podem ser considerados ingênuos, mas absolutamente livres. Como se poderiam socorrer aquelle Aviso os patronos dos autores, quando elle explica uma disposição da lei de vinte oito de Setembro de mil oito cento e setenta e um, que entretanto nada decretou sobre a espécie que nos occupa.⁷⁵

O representante do réu finaliza sua manifestação da seguinte maneira:

Acreditamos ainda que o amor a liberdade não poderá ser tão desvairado a ponto de negar-se o respeito devido a propriedade garantida pelas Leis; e que em face do direito subsidiário da jurisprudência dos Tribunaes, não se poderá por philantropia, reduzir a miséria uma família, para levantar-se um direito por muitos modos contestado, impossível mesmo diante da Justiça e da equidade.⁷⁶

Observa-se que Tertuliano Teixeira de Freitas seguia completamente os ensinamentos de seu sogro, Augusto Teixeira de Freitas. Este, aliás, “batia palmas para a filantropia, mas queria mesmo era saber de propriedade”⁷⁷, da mesma forma que o fazia Tertuliano, como ele mesmo manifestou no início da peça de alegações finais, em passagem já por nós citada.

Felizmente, os “malabarismos hermenêuticos”⁷⁸ realizados por Tertuliano Teixeira de Freitas não impressionaram a audiência. Apesar da extensa, ainda que mal intencionada, argumentação apresentada pelo bacharel, a decisão proferida pelo Juiz da Comarca, Augustinho Ermelino de Leão, foi inteiramente desfavorável ao réu:

O que tudo attento e maduramente examinado, comprehendida a verba testamentária em todas as suas partes: de não poder a mãe dos autores ser negociada, vendida ou trocada, ou de alguma maneira alienada esta,

⁷⁵ Arquivo Público do Paraná. Ação de Liberdade proposta por João e Benedicto, 1877. BR APPR PB 045 PI7536, Cx. 287.

⁷⁶ Ibid.

⁷⁷ HOSHINO, Thiago A. P.. **Entre o 'espírito da lei' e o 'espírito do século': a urdidura de uma cultura jurídica da liberdade nas malhas da escravidão (Curitiba, 1868-1888)**. 2013. Dissertação (Mestrado em Programa de Pós-graduação em Direito) - Universidade Federal do Paraná, Orientador: Luís Fernando Lopes Pereira, p. 244.

⁷⁸ Ibid, p. 246.

é manifesta a vontade da testadora de deixar livre a sua escrava Joaquina, impondo-lhe apenas a obrigação de servir a herdeira a quem foi deixada em quanto esta vivesse, e tendo nascido os autores depois da morte da testadora é evidente que nascerão de ventre livre, como ficou sendo sua mãe: Doutrina esta adaptada nos differentes Tribunaes do Paiz e no Supremo de Justiça pelo Aresto de sete de Dezembro de mil oito centos e sessenta e seis, decidindo que quando um testador dispõe a favor da liberdade de um seu escravo, morto elle, todas as questões, que se moverem a tal respeito, já não podem affectar a liberdade, mas somente ao tempo e do modo da prestação dos serviços se a liberdade foi gravada com esse ônus o qual não pode prejudicar a condição de pessoas livres, cujo favor é tão recomendado pelas nossas leis. Portanto julgo procedente a acção e em consequência libertos os autores.⁷⁹

Interessante destacar que em sua decisão, Ermelino de Leão deixa claro que adere à corrente que compreendia que a liberta condicional era juridicamente livre, quando diz que “tendo nascido os autores depois da morte da testadora é evidente que nascerão de ventre livre, como ficou sendo sua mãe”. Aliás, demonstra também considerar que as próprias leis recomendavam certo privilégio ao direito de liberdade. Por fim, diz o magistrado que a doutrina e a própria jurisprudência haviam consolidado entendimento favorável à concessão de liberdade aos filhos da *status liber*, motivo pelo qual declarava também libertos os autores João e Benedicto.

É importante frisar que independentemente da posição que o Juiz da Comarca tivesse adotado – se favorável à liberdade, como foi, ou contrário a ela – ele conseguiria tranquilamente sustentar sua decisão apoiado em doutrina e jurisprudência da época. Isto porque diferentemente do que Ermelino de Leão parece tentar demonstrar, não havia entendimento totalmente consolidado em relação à questão mesmo 20 anos após a fatídica Conferência do IAB – muito embora, cada vez mais e a lentos passos, a solução definitiva parecesse caminhar em favor da liberdade. Portanto, há de se comemorar que o magistrado tenha efetivamente optado por privilegiar a liberdade, embora seja certamente difícil imaginar os motivos de ordem subjetiva que o levaram a decidir desta forma.

⁷⁹ Arquivo Público do Paraná. Ação de Liberdade proposta por João e Benedicto, 1877. BR APPR PB 045 PI7536, Cx. 287.

4.2 ANGELINO E SUA PROMESSA DE LIBERDADE

No ano de 1878, o escravo Angelino, de 50 anos de idade, declarado enfermo, move ação de liberdade alegando que seu antigo senhor, João Antonio Ferreira,, na década de 1850, havia lhe feito uma promessa verbal de libertá-lo por sua morte. Entretanto, por infortúnio do destino – ou talvez não –, João Ferreira, o autor da promessa, foi assassinado, não deixando nenhum registro que pudesse provar sua “nobre” intenção de alforriar Angelino.

Desta forma, com o intuito de obter curatela para demandar seu direito à liberdade em juízo, Angelino apresentou requerimento assinado por Caetano Mendes de Souza Azevedo nos seguintes termos:

Seu antigo senhor havia prometido alforriar-o por sua morte, manifestação essa que fez a Manoel Paixão Lisboa, Francisco João Carvalho, Antonio Luz de Miranda, João Manoel do Bonfim e Felisbino Rodrigues dos Santos; sucede que tendo aquelle seo senhor morrido repentinamente, vitima de um assassinato, não pode tornar effetiva ou fazer certa promessa verbal de sua benefisente vontade em favor do supplicante. Assim o supplicante, que já conta com mais de cincoenta annos de idade e se acha sempre doente, pensa que, a vista do ponderado, deve ser declarado liberto; e por isso vem requerer à Vossa Senhoria, digne-se de mandar-lhe um curador para pugnar pelo seo direito em Juízo [...]⁸⁰

O caso de Angelino era complicado. Além de ter que discutir sua condição jurídica, provando que já era liberto após a morte de seu antigo senhor – pois assim este havia prometido através de uma declaração oral de liberdade condicional – a ele cabia ainda convencer o juiz de que tal declaração oral era plenamente válida. Diferentemente da situação dos irmãos João e Benedicto, que possuíam a seu favor a decisão do IAB, bem como parte da doutrina e da jurisprudência da época, com relação à condição de Angelino, pelo contrário, o entendimento predominante era de que a mera promessa verbal de liberdade futura não era suficiente para provar a intenção de alforria. Senão vejamos:

⁸⁰ Arquivo Público do Paraná. Ação de Liberdade proposta por Angelino, 1878. BR APPR PB 045 PI7615, Cx. 290.

Acção de liberdade – Não basta que deponham testemunhas que o senhor em vida, e mesmo próximo á morrer, declarára que seus escravos, depois de sua morte, a ninguém serviriam. Não basta a simples manifestação desse [proecto], não havendo testamento, carta de liberdade, ou qualquer outro instrumento, de onde se possa concluir que o fallecido senhor quizesse reduzir á effeito o seu intento. Nem obstem os actos solemnes e menos solemnes, de que usavam os Romanos, pois taes actos não são entre nós admittidos. Revista de 23 de junho de 1866. Jurisprudencia dos Tribunaes.⁸¹

De todo modo, Angelino, que pensava ter o direito à liberdade, resolveu arriscar e embasou seu pedido no artigo 71 do Decreto de 13 de novembro de 1872, que determinava que: “aos manumuttidos por sociedade e por particulares, com a clausula ou contrato de prestação de serviços, é applicável tudo o que na lei e neste regulamento está determinado quanto à formação guarda e disposição do pecúlio”.

O problema era que, como demonstrado anteriormente através de citação de jurisprudência da época, a mera promessa verbal de liberdade condicional futura não constituía cláusula ou contrato de prestação de serviços, como exigia a lei citada por Angelino e seu aliado. Entretanto, há de se considerar que a estratégia adotada pelo libertando era, no mínimo, curiosa. Nas precisas palavras de Thiago Hoshino, que analisou o mesmo processo que ora nos referimos:

Uma promessa de liberdade não era, juridicamente, um contrato de prestação de serviços como se insinuava, mas aproximar os dois institutos (promessa e contrato) podia ser uma estratégia para alegar que mesmo a oralidade obrigava e, assim, afastar a alforria de seu parentesco com a mera unilateralidade da doação. Se esse fosse o objetivo de Angelino, então a tese era ousada.⁸²

O juízo nomeou Boaventura Dias da Motta como curador de Angelino, que declinou o posto alegando que sofria de problemas de saúde, tendo sido por

⁸¹ In: MAFRA, Manoel da Silva. **Promptuário das leis de manumissão**. Índice alphabetico das disposições da lei nº 2040 de setembro de 1871. Regulamentos e Avisos do Ministério da Agricultura, Commercio e Obras Públicas. Jurisprudência do Conselho de Estado, dos Tribunais das Relações e Supremo Tribunal de Justiça. Rio de Janeiro, Typographia Nacional, 1877, p. 6 e 7.

⁸² HOSHINO, Thiago A. P.. **Entre o 'espírito da lei' e o 'espírito do século': a urdidura de uma cultura jurídica da liberdade nas malhas da escravidão (Curitiba, 1868-1888)**. 2013. Dissertação (Mestrado em Programa de Pós-graduação em Direito) - Universidade Federal do Paraná, Orientador: Luís Fernando Lopes Pereira, p. 121.

este motivo dispensado pelo juízo. Dessa forma, passados mais de três meses da primeira nomeação, o juiz municipal, Emygdio Westphalen, indicou dessa vez José Lourenço de Sá Ribas, o mesmo que conjuntamente com Generoso Marques havia representado João e Benedicto no outro processo por nós analisado. Curioso é o fato de que desta vez os dois advogados estavam em lados opostos da relação processual, uma vez que Generoso Marques defendia os interesses do então senhor de Angelino.

José Lourenço aceitou o encargo e o feito seguiu seu trâmite regular. Realizada a primeira audiência foram ouvidas as cinco testemunhas: João Manoel do Bonfim, Felisbino Rodrigues dos Santos, Antonio Luiz de Miranda, Manoel Paixão Lisboa e Francisco João Carvalho. Todos eles confirmaram a versão de Angelino, dizendo que ouviram efetivamente de João Antonio Ferreira, o falecido senhor, que este tinha a intenção de alforriar seu escravo.

Manoel Paixão Lisboa disse que João Ferreira “tinha amizade e confiança no seu escravo Angelino e por isso não pretendia vendê-lo nem doá-lo pois era sua intenção deixá-lo forro por sua morte”. Felisbino Rodrigues dos Santos, por sua vez, declarou ter ouvido João Ferreira “dizer que iria deixar forro o seu escravo Angelino e para realizar a sua promessa trouxe um papel escripto e leu para elle testemunha ver se estava bem; mas não viu se o papel estava assignado”. Ao seu turno, João Manoel do Bonfim declarou que “ouve algumas vezes do senhor de escravo Angelino, João Antonio Ferreira, que deixava forro este escravo por ser o seu companheiro e que esta alforria seria dada por sua morte”. Desta forma, um por um, todas as testemunhas foram confirmando a versão de Angelino.

Generoso Marques, defendendo os interesses do réu, atentou ao fato de que Angelino havia demorado muito tempo para requerer a liberdade a que achava ter direito: “depois de dezoito annos (!) da morte de seu primeiro senhor José Antonio Ferreira, lembrou-se (ou alguém por elle) de allegar que o mesmo promettera alforriá-lo por sua morte”. Além disso, destacou o fato de que se não havia documento que atestasse a intenção de alforria, esta não poderia ser comprovada, não devendo proceder, portanto, o pedido do autor. O referido

procurador lançou mão de duas decisões judiciais – um acórdão da Relação da Corte de 1872 e outro da Relação de Ouro Preto (sic), de 1874 – que confirmavam exatamente os termos da decisão por nós citada anteriormente, qual seja, a de que a simples manifestação da vontade de alforriar, desacompanhada de testamento, carta de liberdade ou outro instrumento escrito, não poderia dar ensejo à propositura de ação de liberdade.

Os argumentos dos dois lados estavam expostos. De um lado, Angelino contava com o apoio dos depoimentos de todas as testemunhas por ele arroladas, enquanto que seu opositor contava com a jurisprudência a seu favor. Pretendendo talvez se manter alheio à polêmica, Westphalen, sem julgar o caso, mandou os autos em remessa ao Juiz da Comarca, Agostinho Ermelino de Leão. Este, que havia julgado o processo de João e Benedicto de forma favorável à pretensão por eles acampada, desta vez não foi favorável à tese de Angelino. Seleccionando os exatos termos utilizados pelo representante do réu, Generoso Marques, e constantes nas decisões anteriores dos “Tribunaes”, decidiu pela improcedência da ação, visto que, segundo seu entendimento, a simples declaração oral feita pelo antigo senhor de Angelino, há 18 anos atrás, nada mais era do que “uma manifestação de vontade futura” e não constituía título sobre o qual poderia se apoiar Angelino em seu pedido. Ermelino de Leão, portanto, parecia não querer desagradar os tribunais superiores.

Felizmente os autos foram remetidos ao Tribunal da Relação de São Paulo para reanálise compulsória, visto se tratar de ação de liberdade com decisão desfavorável à pretensão do autor. Assim o art. 80 do Decreto de 13 de novembro de 1872 determinava: “Nas causas em favor da liberdade: § 1º O processo será summario; § 2º Haverá apellações *ex-officio*, quando as decisões forem contrárias á liberdade”. Dissemos felizmente, pois foi em julgamento pelo Tribunal da Relação de São Paulo, através de decisão proferida no dia 22 de julho de 1880, que Angelino foi, finalmente, declarado liberto:

[...] reformão a mesma sentença; porquanto julgão liberto o libertando pela concessão de liberdade que lhe fez o seu primitivo senhor, ainda não tenha sido por escripto publico ou particular, visto poder effectual-a

por qualquer modo legal [...] demais a acção liberal gosa de muitos privilégios concedidos em favor da liberdade.⁸³

Notamos novamente, pelo teor da decisão proferida pela Relação, um privilégio conferido ao instituto da liberdade, bem como foi decidido pelos bacharéis integrantes do IAB na Conferência que debateu a situação jurídica da liberta condicional e de seus filhos. A diferença entre as duas decisões judiciais em relação aos debates do IAB era de um pouco mais de 20 anos. É bem verdade que próximo da década de 1880, a questão da liberdade, embora ainda levantasse dúvidas diversas, já era vista com mais facilidade através de uma via “progressista”. A respeito da referida tendência:

O favor à liberdade, em meados de 1880, já andava em alta. Os senhores agora eram obrigados a respeitar, senão toda e qualquer regra pública, ao menos as determinações particulares que estabeleciam em seu domínio. Era uma forma de normalização da relação senhor-escravo, é claro, que externamente se impunha. Se o que valia era a ideologia da alforria, pois bem, então ao menos que os escravos por ela agraciados tivessem o direito de transformar a “miragem” em realidade.⁸⁴

Embora o processo de Angelino não mergulhe de fato na discussão acerca da situação jurídica do liberto condicional, verdade é que ele nos ajuda a visualizar como era incerto e pouco estável o seu estado. É possível – ainda que pouco provável – que a promessa à qual Angelino fazia referência nunca tenha existido. No entanto, se considerarmos que ela realmente ocorreu, podemos vislumbrar como era dúbia a situação na qual o cativo se encontrava. Seu senhor havia lhe dado a palavra, mas optou por não formalizá-la por escrito, de imediato.

Portanto, se por um lado Angelino já tivesse uma expectativa de ser libertado futuramente, tal expectativa era extremamente incerta, não só porque a

⁸³ Arquivo Público do Paraná. Ação de Liberdade proposta por Angelino, 1878. BR APPR PB 045 PI7615, Cx. 290.

⁸⁴ HOSHINO, Thiago A. P.. **Entre o 'espírito da lei' e o 'espírito do século': a urdidura de uma cultura jurídica da liberdade nas malhas da escravidão (Curitiba, 1868-1888)**. 2013. Dissertação (Mestrado em Programa de Pós-graduação em Direito) - Universidade Federal do Paraná, Orientador: Luís Fernando Lopes Pereira, p. 126.

declaração oral não era juridicamente suficiente, mas também porque a própria situação de liberdade condicional o colocava nessa situação.

5 CONCLUSÃO

Afinal, qual era a fronteira que separava a liberdade da escravidão? Existia uma linha tênue que determinava o ponto de cisão que permitia a um indivíduo ser considerado livre ou tido como cativo? Parece-nos inadequado e extremamente improdutivo buscar um acontecimento exato ou um fato determinante que fosse capaz, isoladamente, de nos fornecer sempre todas as respostas para tais perguntas. Isto porque nem todas as situações possuíam soluções claras e nem todos os indivíduos poderiam ser “classificados” precisamente a partir do binômio livre/escravo. Não eram raros os casos nos quais a liberdade não se obtinha – ou se concedia – através de uma declaração expressa que gerava consequências certas e imediatas, como visto.

As controvérsias surgidas a partir da liberdade condicional, instituto central da análise por nós proposta neste trabalho, e seus efeitos jurídicos demonstraram ser as provas reais de que a definição da condição de um indivíduo entre escravo, liberto ou livre não era tarefa fácil e dependia de inúmeros fatores que se colocavam concretamente.

Através da análise da situação do liberto condicional, um personagem fronteiro que pendulava entre dois status jurídicos diversos, foi possível observarmos de que forma circulava a cultura jurídica, ou seja, de que forma a alta e a baixa cultura jurídica interagiam entre si. Concluímos que durante o século XIX a definição da condição jurídica da status líber criou inúmeros debates intermináveis entre os letrados – os bacharéis de direito, como se pôde observar através dos debates ocorridos no IAB – e outros diversos conflitos quando levados ao crivo da justiça através dos “homens de foro”, estes provocados sempre pela inquietação e pelas expectativas dos escravos e libertos condicionais e seus aliados abolicionistas com relação à condição degradante a que eram submetidos.

Constatamos, ainda, que quando os libertos condicionais figuravam nas ações de inventário como parte do patrimônio do inventariado que se transmitia para os herdeiros, havia certa tendência a se considerar que aqueles sujeitos eram

juridicamente livres. É bem verdade que neste tipo de ação não se pretendia discutir a referida questão a fundo, uma vez que tal discussão não se incluía em suas finalidades. Entretanto, justamente por este motivo sua análise demonstrou ser extremamente relevante, tendo em vista que foi possível vislumbrar de que maneira a condição do status líber era definida quando a princípio não havia conflito.

Diferente conclusão podemos retirar da análise das ações de liberdade, que embora tenham sido resolvidos, nos dois casos analisados, de forma favorável aos libertandos, foram geradoras de grande dúvida e acirrada disputa acerca da condição jurídica dos libertos condicionais. Na ocasião em que analisamos esta modalidade de ação judicial, foi possível vislumbrar um enorme campo de embates teóricos, jurídicos e morais que permeavam a disputa que polarizava de um lado a liberdade, e de outro, a propriedade.

Notamos uma tendência, especialmente quanto mais caminhávamos adiante nas décadas de 1870 e 1880, de se privilegiar o princípio da liberdade quando este era posto em discussão com relação à condição jurídica dos indivíduos escravizados, sendo que, aos poucos, a propriedade passava a não mais assumir um caráter de princípio absoluto perante os demais princípios gerais de direito. É evidente que tal modificação foi fruto da própria mudança do contexto social da época e do enfraquecimento gradual do instituto da escravidão.

É importante frisar que todas as nossas constatações relativas ao personagem central da análise e de sua condição foram auferidas através da aplicação do método indiciário de Ginzburg, seguindo os passos sugeridos por Pietro Costa para a construção do conhecimento histórico da maneira mais plausível possível.

Isto posto, esperamos que por conta da análise feita através deste trabalho o leitor tenha ficado convencido do caráter limítrofe da liberdade condicional e que tenhamos podido evidenciar alguns aspectos significativos do contexto social e jurídico da época.

6 REFERÊNCIAS

Fontes primárias

ARQUIVO PÚBLICO DO PARANÁ

Autos de processos cíveis da Comarca de Curitiba

Arquivo Público do Paraná. Inventário de Domingos Correa Pinto, 1876. BR APPR PB 045 PI7328, Cx. 280.

Arquivo Público do Paraná. Inventário de Antonio de Souza Pereira, 1876. BR APPR PB 045 PI7359, Cx. 282.

Arquivo Público do Paraná. Inventário de Bento Lucindo de Castro, 1876. BR APPR PB 045 PI7371, Cx. 282.

Arquivo Público do Paraná. Inventário de Faustino Eleuterio da Luz, 1876. BR APPR PB 045 PI7374, Cx. 282.

Arquivo Público do Paraná. Ação de Liberdade proposta por João e Benedicto, 1877. BR APPR PB 045 PI7536, Cx. 287.

Arquivo Público do Paraná. Ação de Liberdade proposta por Angelino, 1878. BR APPR PB 045 PI7615, Cx. 290.

Arquivo Público do Paraná. Inventário de Jacintho Guilherme de Lima, 1883. BR APPR PB 045 PI7997, Cx. 306.

Fontes secundárias

AZEVEDO, Alciene. **O direito dos escravos: lutas jurídicas e abolicionismo na província de São Paulo**. Campinas: Editora da Unicamp, 2010.

BRIGHENTE, Liliam. **Entre a liberdade e a administração particular: a condição jurídica do indígena na Vila de Curitiba (1700-1750)**. 2010. Dissertação (Mestrado em Programa de Pós-graduação em Direito) - Universidade Federal do Paraná, Orientador: Luís Fernando Lopes Pereira.

CHALHOUB, Sidney. **Visões da Liberdade: uma história das últimas décadas da escravidão na Corte**. São Paulo: Companhia das Letras, 2011.

COSTA, Pietro. **O conhecimento do passado: dilemas e instrumentos da historiografia**. Palestra proferida no dia 17/09/2007, texto traduzido por Ricardo Marcelo Fonseca, Juruá, 2007.

CUNHA, Antônio Domingos Araújo. **Peculiaridades históricas e jurídicas sobre os antecedentes e perspectivas da escravidão negra nos arredores da capital do estado do Paraná (RMC) – BR**. Revista eletrônica e-Metropolis, Rio de Janeiro, n. 11, ano 3, p. 29-43, dezembro de 2012. Disponível em: <http://www.emetropolis.net/download/edicoes/emetropolis_n11_v2.pdf> Acesso em 21/08/2013.

FONSECA, R. M. **Os juristas e a cultura jurídica brasileira na segunda metade do século XIX**. In: Quaderni Fiorentini per la storia del pensiero giuridico moderno, v. 35. Milano: Dott. A. Giuffrè Editore, 2006.

GINZBURG, Carlo. **A micro-história; e outros ensaios**. Lisboa: Difel, 1989.

_____. **Sinais: raízes de um paradigma indiciário**. In: Mitos, emblemas, sinais: Morfologia e História. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

GRINBERG, Keila. **O Fiador dos Brasileiros: Cidadania, Escravidão e Direito Civil no tempo de Antônio Pereira Rebouças**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

HOSHINO, Thiago A. P.. **Entre o 'espírito da lei' e o 'espírito do século': a urdidura de uma cultura jurídica da liberdade nas malhas da escravidão (Curitiba, 1868-1888)**. 2013. Dissertação (Mestrado em Programa de Pós-graduação em Direito) - Universidade Federal do Paraná, Orientador: Luís Fernando Lopes Pereira.

LARA, Silvia Hunold. **Fragmentos setecentistas: escravidão, cultura e poder na América Portuguesa**. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

LIMA, Adriano Bernardo Moraes. **Trajetórias de Crioulos: Um estudo das relações comunitárias de escravos e forros no Termo da Vila de Curitiba (c. 1760 - c. 1830)**. Dissertação de Mestrado. Curitiba: Universidade Federal do Paraná, Departamento de História, 2001.

MAFRA, Manoel da Silva. **Promptuário das leis de manumissão**. Índice alfabético das disposições da lei nº 2040 de setembro de 1871. Regulamentos e Avisos do Ministério da Agricultura, Commercio e Obras Públicas. Jurisprudência do Conselho de Estado, dos Tribunais das Relações e Supremo Tribunal de Justiça. Rio de Janeiro, Typographia Nacional, 1877.

MALHEIRO, Agostinho Marques Perdigão. **A escravidão no Brasil: ensaio histórico, jurídico, social**. 3ª edição. 2 v. Petrópolis/Brasília: Vozes/INL, 1976.

MENDONÇA, Joseli. **Entre a mão e os anéis: a Lei dos Sexagenários e os caminhos da abolição no Brasil**. 2ª ed. Campinas, Editora da UNICAMP, 2008.

_____. **Cenas da abolição: escravos e senhores no parlamento e na justiça**. Ed. Fundação Perseu Abramo, 2001.

NEQUETE, Lenine. **Escravos & Magistrados no 2º Reinado: aplicação da Lei n. 2.040, de 28 de setembro de 1871**. Brasília: Fundo Petrônio Portella, 1988.

PENA, Eduardo Spiler. **Pajens da Casa Imperial: jurisconsultos, escravidão e a Lei de 1871**. Campinas. Editora da Unicamp, 2001.

PEREIRA, Luís Fernando Lopes. **A circularidade da cultura jurídica: notas sobre o conceito e sobre o método**. In: FONSECA, Ricardo Marcelo (org.). Nova história brasileira do direito: ferramentas e artesanias. Curitiba: Juruá, 2012.

Revista do Instituto da Ordem dos Advogados Brasileiros (RIOAB). Rio de Janeiro: Typographia de Quirino & Irmão, jan.-fev.-mar., 1862.

SILVA, Patricia Garcia Ernando da. **Os possíveis significados das alforrias em São Paulo no século XIX**. Trabalho apresentado na ANPUH – XXV Simpósio Nacional De História – Fortaleza, 2009.

TEIXEIRA DE FREITAS, Augusto. **Consolidação das leis civis: publicação autorizada pelo governo**. 3ª edição mis augmentada. Rio de Janeiro: B. L. Garnier, 1876.